

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA RAMPI

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O
DESENVOLVIMENTO DO CAMPO NA SERRA CATARINENSE**

**LAGES (SC)
2013**

ANA PAULA RAMPI

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O
DESENVOLVIMENTO DO CAMPO NA SERRA CATARINENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, na Linha de Pesquisa Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade, sob a Orientação do Professor Doutor Geraldo Augusto Locks.

LAGES (SC)

2013

Ficha Catalográfica

R177e Rampi, Ana Paula.
Economia solidária e educação do campo para o desenvolvimento do campo na serra catarinense / Ana Paula Rampi. -- Lages (SC), 2013.
99f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientador: Geraldo Augusto Locks.

1. Economia social. 2. Educação rural. 3. Desenvolvimento rural. I. Locks, Geraldo Augusto. II. Título.

CDD 370.19346

(Elaborada pelo Bibliotecário José Francisco da Silva - CRB-14/570)

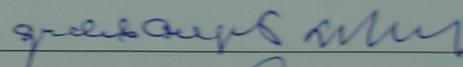


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

“ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
CAMPO NA SERRA CATARINENSE”

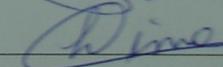
Dissertação submetida ao colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

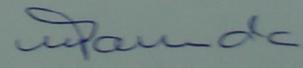
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 16/12/13

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks (Orientador) 

Profa. Dra. Zilma Isabel Peixer (Examinadora Externa – UFSC) 

Profa. Dra. Maria Antônia de Souza (Examinadora Externa – UEPG) 

Profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima (Examinadora PPGE/UNIPLAC) 

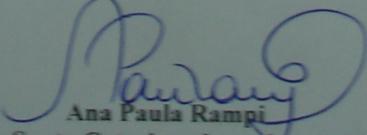
Profa. Dra. Marina Patrício de Arruda (Examinadora – PPGE/UNIPLAC-Suplente) 

Marina Patrício de Arruda

Coordenadora PPGE
Mestrado em Educação

Profa. Dra. Marina Patrício de Arruda

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação


Ana Paula Rampi

Lages, Santa Catarina, dezembro de 2013

RESUMO

O objetivo desta dissertação de Mestrado Acadêmico em Educação é analisar as interações de práticas de Economia Solidária e de Educação Campo enquanto políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento do campo na Serra Catarinense a partir da população rural mais empobrecida. A pesquisa configura-se por sua natureza qualitativa, bibliográfica tendo como perspectiva epistemológica de análise a teoria histórico-crítica e a pesquisa de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos com Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), e com profissionais da educação de escolas do campo. Na pesquisa de campo foram eleitos dois municípios da região: Otacílio Costa e Cerro Negro. Para se aproximar do objeto de investigação, procurar-se apresentar as origens, princípios e as bases teóricas que fundamentam a Economia Solidária e a Educação do Campo, não perdendo de vista o desenvolvimento do Campo. Descreve-se também as características desses dois campos de conhecimento e práticas enquanto políticas públicas em desenvolvimento no país tendo na sua interfaces o Estado e a sociedade civil. Por último, traz-se para cena as percepções e análise dos sujeitos envolvidos com práticas de Economia Solidária e com prática da Educação do Campo. Cruzam-se os olhares. A pesquisa procura descrever a situação atual do meio rural na região, de um lado, marcado pela presença do agro e hidronegócio, materializado nos monocultivos de *Pinus elliottii* e *Eucalyptus sp* e a implantação de grandes e pequenas hidroelétricas. A consequência é esvaziamento social e envelhecimento da população que permanece no espaço rural. De outro, a presença da agricultura familiar ocupada com a produção de subsistência e com baixa inserção no mercado regional. Neste processo contraditório, este estudo vai ao encontro de sujeitos deste último segmento que representam um projeto societário, excluídos e marginalizados pela lógica do capital, mas que se posicionam como protagonistas de outro modo de viver e pensar o modo de produção da existência. Em suas manifestações, vivências e experimentos, embora ainda muito incipientes e não consolidados, os entrevistados revelam que a Economia Solidária e a Educação do Campo, compreendidos como outros saberes e fazeres educativos podem impulsionar um desenvolvimento incluyente, solidário e sustentável. Em suma, estas duas políticas articuladas podem se constituir em mecanismos de construção de autonomia e emancipação de sujeitos individuais e coletivos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Economia solidária. Desenvolvimento do Campo.

ABSTRACT

The objective of this dissertation of Academic Master's in Education is to analyze the interactions of practices Solidarity Economy and Rural Education as public policies to boost the rural development in the Sierra Santa Catarina from the impoverished rural population. The research sets out for its qualitative nature, bibliographic having epistemological perspective of the theory analysis historical-critical and the fieldwork application of semi-structured interviews with individuals involved with Solidarity Economic Enterprises (SEEs) and education professionals in rural schools. In the fieldwork two cities of the region were elected: Otacílio Costa and Cerro Negro. To approach the subject of investigation, this dissertation searches present the origins, principles and theoretical bases that underlie the Solidarity Economy and Rural Education, not losing sight of the rural development. Also describes the characteristics of these two fields of knowledge and practices while developing public policies in the country at its interfaces with the state and civil society. Finally, brings to the scene insights and analysis of the guys involved in Solidarity Economy practices and practice of Rural Education. Intersect the looks. The research seeks to describe the current situation of rural areas in the region, on one side, marked by the presence of agro and hydro, materialized in monocultures of *Pinus elliottii* and *Eucalyptus sp* and implementation of large and small hydro. The result is social emptying and aging population, which nevertheless remains in rural areas. On the other, the presence of family farming occupied with subsistence production and with low insertion in the regional market. In this adversarial process, this study meets those guys of last segment representing a corporate project, marginalized and excluded by the logic of capital, but that position themselves as protagonists of another way of living and thinking production mode of existence. In their manifestations , experiences and experiments , although still very incipient and unconsolidated, respondents reveal that the Solidarity Economy and Rural Education, understood as other educational knowledges and doings can boost an inclusive, supportive and sustainable development . In short, these two articulated policies may constitute mechanisms of building autonomy and empowerment of individuals and groups.

Keywords: Rural Education. Solidarity Economy. Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fractal das categorias da pesquisa: Economia Solidária, Educação do Campo e Desenvolvimento do Campo.....	15
Figura 2 – Mapa do Estado Brasileiro de Santa Catarina com destaque para a Serra Catarinense	27
Figura 3 – Mapa da Região da Serra Catarinense	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	23
1.2 <i>LOCUS</i> E SUJEITOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	25
1.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	35
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO.....	37
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: SUAS RELAÇÕES ENQUANTO POLÍTICAS PÚBLICAS.....	56
4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PRÁTICA: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA SERRA CATARINENSE.....	67
4.1 O OLHAR DOS SUJEITOS DA ESCOLA DO CAMPO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO.....	68
4.2 O OLHAR DOS SUJEITOS DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE A	97
APÊNDICE B.....	98
APÊNDICE C.....	99

INTRODUÇÃO

A base epistemológica que caracteriza a construção de meu conhecimento no campo da economia tem origem no paradigma dominante do sistema capitalista, que busca a maximização dos resultados na ótica da razão econômica, onde apenas os números fazem parte do processo decisório. Foi nesta lógica que conclui o bacharelado em Economia em 1996, mas foi atuando como professora de economia nas disciplinas de micro e macroeconomia, quinze anos depois, que percebi a importância da aproximação da economia com a realidade sócio econômica local e acadêmica, com este anseio resolvi ingressar no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Uniplac.

Talvez não imaginasse que por trás do desenrolar de uma dissertação de mestrado haveria uma grande transformação, ou melhor, outras razões, que não a econômica, para se pensar em outras possibilidades de organização econômica que estejam comprometidas não só com a existência financeira de um empreendimento, mas também com a emancipação e autonomia de sujeitos sociais e com a sustentabilidade da sociedade. Pois bem, o Mestrado em Educação apontou caminhos e oportunidades para refletir sobre a existência de outra economia, a Economia Solidária, que se desenvolve na perspectiva dos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade. Temas ou valores que raramente são abordados na economia convencional.

A abordagem principal da economia que cursei, esteve centrada nas ideias de alimentação do sistema do capital, onde as preocupações estão centradas no desenvolvimento de técnicas que maximizem os lucros dos empreendimentos, que preconiza a economia de mão-de-obra e exclui os indivíduos menos produtivos. Ao refletir sobre as concepções de uma economia sustentável, não há como associar essa ideia com a economia convencional onde o lucro, o resultado de um negócio está acima de tudo e os números são a razão, se for preciso desempregar ou ainda substituir pessoas por mecanização de processos, para melhorar os números, mesmo que este seja poluente, é o que será feito.

Pois neste sentido a economia convencional prevê a absorção do custo das externalidades negativas geradas por seus atos poluentes e para resolver os problemas de exclusão, cumpre o que determina a legislação na contratação de

funcionários menores e portadores de deficiência, o que acaba sendo utilizado pelas empresas como ações de responsabilidade social para promover a sua marca.

Assim compreendi que o estudo da economia e suas teorias que hoje presidem macro decisões estruturais que impactam em toda a sociedade, são importantes para alinhar crescimento e desenvolvimento com tomada de decisões, planejamento e visão das políticas governamentais da atualidade. “Etimologicamente, a palavra *economia* vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (normas, lei). No sentido original, seria a ‘administração da casa’, o que pode ser generalizada como ‘administração da coisa pública’.” (VASCONCELLOS, 2010, p. 3), mas o essencial é que isto não significa uniformizar a administração da sociedade, pois é importante respeitar suas tendências culturais, particularidades para desenvolver a autonomia da sociedade, e não a dependência de um sistema que provoca a desigualdade e a exclusão social.

Mesmo com o constante estudo na graduação em economia concentrado nas forças do capital, escolhi o universo do cooperativismo como objeto de estudo para trabalhar na conclusão do curso. Nesta época já trabalhava na Cooperativa de Trabalho Médico da Região do Planalto Serrano (UNIMED). O contato profissional com este segmento tornou a pesquisa de cunho relevante, e o acesso às informações contou com o incentivo da Unimed e também da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC). Foi um Trabalho de Conclusão de Curso produzido em 1996, denominado “O Futuro do Cooperativismo na Região do Planalto Serrano”. Seu objetivo foi avaliar as possibilidades e o futuro das cooperativas para o desenvolvimento da região da Serra Catarinense. O trabalho foi apresentado aos cooperados e trabalhadores que atuam na Unimed Lages como o propósito de contribuir para o cumprimento das finalidades desta cooperativa do campo da saúde. Assim a aproximação com a Economia Solidária foi se estreitando facilmente, e a ideia de retomar a pesquisa nesta perspectiva ficou bem interessante e atraente, com uma reflexão pedagógica relacionada com as políticas públicas.

O entendimento de política públicas neste trabalho vem do enfoque de Boneti (2012, p.89), de que ela surge com a participação da população em toda a sua construção, desde a ideia inicial até a sua operacionalização, onde Estado e sociedade civil são pensados dentro da mesma instância, que seria o ideal para a organização política, social e econômica do país. Porém, atualmente “as políticas públicas se constituem o resultado de uma correlação de forças sociais, conjugando

interesses específicos e/ou economicamente dominante têm prevalência, mas não unanimidade.” (idem)

As políticas públicas a partir do que seria o ideal estaria caminhando com um Estado que age para se fazer cumprir os direitos sociais dispostos em sua constituição dentro do princípio da igualdade, porém, com a predominância do sistema do capital, que explora a mão de obra e desvaloriza a democracia. Assim, o Estado se apropria das políticas públicas para atender o clamor da sociedade civil, conter os movimentos sociais e também para atender as exigências e interesses de uma minoria detentora do capital, com isto acaba sendo ineficiente no cumprimento do que está pautado nas políticas públicas.

O pensamento de aliar a Economia Solidária e a Educação do Campo surgiu com o convite do orientador desta dissertação, para conhecer os trabalhos realizados pelo Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável – EduCampo - uma organização interna da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de apoio à pesquisa e formação de professores da área de Educação do Campo. Nele está ligado o Observatório de Educação do Campo, impulsionado pela CAPES/INEP/SECAD, conforme Edital nº 1/2008.

No observatório “A pesquisa gira em torno da qualidade social e pedagógica da educação básica nas escolas do campo em Santa Catarina, e seu sentido e vínculo com a questão do desenvolvimento territorial rural sustentável”, (EduCampo, 2013), mais especificamente nos municípios da Serra Catarinense. Os pesquisadores do projeto são oriundos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC) e também ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC).

Ao analisar os objetivos e trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Educação do Campo instalado na UFSC, por meio das ações de pesquisa do Observatório foi possível perceber que juntas, Economia Solidária e a Educação do Campo poderiam representar um novo modo de vida tendo na perspectiva do desenvolvimento sustentável, favorecendo a permanência dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. Por essa aproximação veio o convite para integrar e colaborar com o Observatório de Educação do Campo, como estudante bolsista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPLAC, durante o ano de 2012, o que contribuiu significativamente com a pesquisa ao permitir a ampliação da dedicação

para a pesquisa e também pela gama das informações disponibilizadas pelo Observatório.

O tema escolhido Economia Solidária e Educação do Campo para o desenvolvimento na Serra Catarinense está vinculado à Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPLAC: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade, devido à intensa relação teórica da Educação do Campo com o contexto sociocultural da Serra Catarinense, bem como pela abordagem da Economia Solidária enquanto organização sócio econômica sustentável. Para estruturar a análise desta investigação elegemos as seguintes categorias: economia solidária, educação do campo e desenvolvimento do campo.

Este tema se justifica quando refletimos sobre o contexto que domina o início do terceiro milênio, o fenômeno da globalização, as diretrizes do neoliberalismo econômico, as empresas que aumentam sua produtividade com plena eficiência, a fim de suprir as necessidades de consumo em níveis mundiais, necessidades estas que em sua maioria são criadas e praticamente impostas pelas próprias empresas à sociedade. Os profissionais que trabalham nas áreas comerciais e de marketing destas empresas também desenvolvem suas atividades com prosperidade, movidos pelas altas comissões e possíveis divisões de lucros futuros, tudo em processo de alta competitividade. Cada empresa e trabalhador estão focados apenas na sua atividade, o que demonstra a fragmentação da sociedade, a falta de comprometimento com o todo e a dependência geral dos trabalhadores do sistema do capital.

A sociedade, pressuponho, sabe que o modelo econômico em vigor atualmente no Brasil é o capitalismo, mas é provável que não tenha a plena consciência das implicações deste paradigma sócio econômico. Contudo, algumas iniciativas da parte da sociedade organizada e do estado já apontam para outras alternativas. A proposição da Economia Solidária enquanto política pública compreendida como outro modo de organizar a economia enfrenta um grande desafio, pois a sociedade está exposta aos valores do sistema do capital extremamente dinâmico e ao mesmo tempo predatório da vida e do ambiente, o que induz os indivíduos a criarem conceitos de consumo, bem como novos costumes, que não são próprios de sua natureza. Isso interfere na cultura e também no orçamento das famílias e das comunidades.

Durante as últimas décadas, o Brasil passou por grandes transformações

econômicas, incluindo mudanças no sistema monetário e financeiro nacional. O comportamento de indivíduos e de famílias em relação ao consumo também se modificou, tanto nas cidades quanto no campo, milhares de produtos entram em circulação a cada ano, juntamente com programas de marketing agressivo a fim de conquistar a sua fatia de mercado. “Em contraposição à limitação de recursos, as necessidades e as aspirações sociais, por bens e serviços públicos e privados, parecem ser ilimitáveis.” (ROSSETTI, 2002, p. 207).

Para o espaço do meio rural brasileiro essas modificações se apresentam com mais agressividade. Com a evolução dos meios de comunicação, os costumes das cidades passaram a influenciar diretamente a vida das comunidades do campo, trazendo não só os benefícios da cidade, mas também os problemas da cidade para o campo, como: consumismo, drogas, a entrada das grandes empresas do ramo do agronegócio e a implantação de monocultivos, que entraram neste segmento com as mesmas proposições das grandes empresas urbanas capitalistas, que não levam em consideração a conservação das culturas nativas autóctones existentes.

Para Locks (2010, p. 9-10), o agronegócio, a expressão do sistema do capital no campo gera muitos problemas. Um deles é o esvaziamento do campo, pois não deixa opções para a permanência dos jovens, que partem para a cidade em busca da sobrevivência. As pequenas propriedades são incorporadas pelos latifúndios, onde as famílias lutam para encontrar formas de superar o desafio da permanência no campo e garantir seus direitos viver e se desenvolver trabalhando no campo. Do ponto de vista do território da Serra Catarinense constata-se a presença do hidro e do agronegócio, pois, “Desertos azuis são formados pela implantação de grandes hidrelétricas e desertos verdes são gerados pela presença das monoculturas de pinus e eucalipto.” (op.cit., p. 9).

Estas são consequências da influencia do poder hegemônico do capitalismo globalizante para a população do campo da Serra Catarinense, que assiste as suas raízes culturais serem engolidas pela voracidade do agronegócio no campo. Junto a este contexto tem mecanização do trabalho assalariado, a deterioração das relações sociais existentes no campo e o tempo presente que passa a ser praticamente viver em função do futuro, assim como determina o sistema do capital. Essa estrutura de organização socioeconômica é preocupante e elimina as possibilidades de escolhas da sociedade e o desafio é a conscientização da sociedade.

Sob a ótica de Freire (1980) conscientização é superar a falsa consciência, é

desmistificar a realidade, é um esforço para livrar a humanidade dos obstáculos que impedem a percepção da realidade, e que a ação cultural conduzida pela opressão pode ser o caminho da dominação, e com isto nunca passará para a revolução cultural.

O modo de produção característico do capitalismo é pautado pela submissão, essa submissão sufoca as forças de produção e por consequência as suas culturas. A abordagem da sociologia das ausências de Santos (2006) traz a preocupação com a necessidade da preservação das culturas, pois pressupomos que as políticas da Economia Solidária e a Educação do Campo podem ser a resposta imediata contra a hegemonia do modo de produção socioeconômico do sistema do capital, com vistas no desenvolvimento do campo, de forma sustentável e autogestionária. “Os princípios autogestionários, tais como: tomadas de decisões democráticas e coletivas, transparência administrativa, solidariedade e fraternidade, trabalho mútuo, valorização das pessoas e cidadania,” os princípios dispostos por Gonçalves (2005, p.1) para a autogestão, demonstram o tom desta resposta.

Porém, sem organização econômica não existe forma de sobrevivência e sustentabilidade na atualidade. Nesta proposta a política de Economia Solidária pode se traduzir na sustentabilidade para a organização econômica, desde que a pressupomos desenvolvida e difundida dentro de preceitos educacionais que respeitam e potencializam as condições culturais e ambientais presentes no campo.

Assim, o conceito de desenvolvimento que trabalhamos para o campo tem origem nas teorias de Sachs (2008) e Veiga (2005), que caminha no sentido do desenvolvimento sustentável. É um desenvolvimento que observa os critérios social, cultural, territorial, econômico, político e internacional. Que ultrapassa as fronteiras do crescimento econômico, do mercado, das separações entre as nações e da economia ecológica. Devido a sua complexidade esse conceito enfrenta os desafios inseridos em cada um dos seus critérios, que compreendem problemas de inclusão social, ambiental, econômico e temporal. Tendo como valores aqueles que expressam os anseios coletivos da humanidade, como: democracia, liberdades, igualdade e solidariedade.

Muitas dúvidas foram surgindo durante a problematização deste objeto de pesquisa, até a aproximação de sua questão principal, ou seja, ao pensar como difundir e multiplicar a Economia Solidária que respeita as habilidades, origens e possibilidades de cada sujeito individual ou coletivo, para trabalhar dentro da sua

realidade. Qual a economia mais adequada para o contexto atual do campo no país e na região? Será que a sociedade civil tem ciência dos movimentos sociais comprometidos com práticas de Economia Solidária e da Educação do Campo? Quem pode se beneficiar? Como os princípios da Economia Solidária podem ser articulados com a Educação do Campo? Do ponto de vista da particularidade deste objeto, a Economia Solidária e a Educação do Campo podem ser um instrumento para o desenvolvimento sustentável das populações e do desenvolvimento do campo na Serra Catarinense?

Então, definimos como questão norteadora desta pesquisa: As interações das práticas da Economia Solidária e das práticas da Educação do Campo podem impulsionar o desenvolvimento do campo na Serra Catarinense?

A partir desta questão, presumo que existe a possibilidade de construir uma sociedade humanizada onde estão contempladas as mudanças necessárias para construir uma base econômica alternativa e uma educação cidadã e sustentável para o desenvolvimento dos povos do campo nesta investigação, tendo como *locus* o território da Serra Catarinense, que pode estar na articulação, entre outras políticas, duas importantes políticas públicas atuais: Economia Solidária e Educação do Campo, políticas públicas que vem conquistando gradativamente maior visibilidade na sociedade brasileira nos últimos quinze anos.

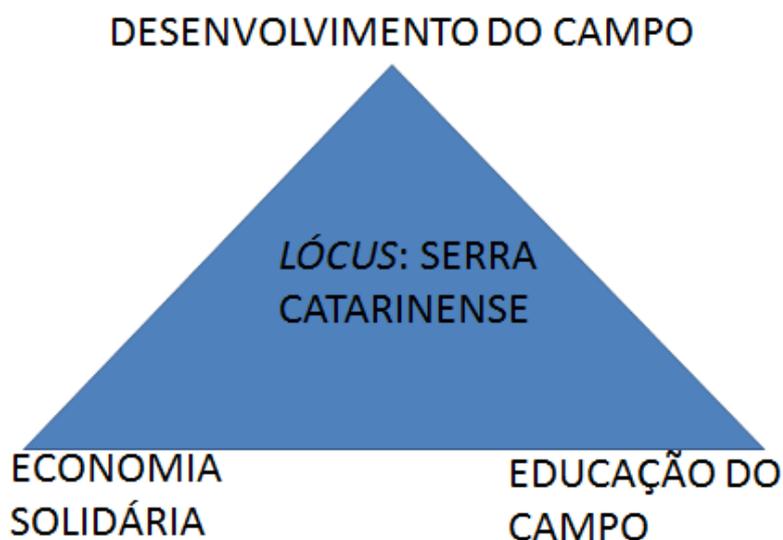
O objetivo geral deste estudo é analisar as interações das práticas da Economia Solidária e das práticas da Educação do Campo na perspectiva potencial do desenvolvimento do campo na Serra Catarinense. Tomamos como objetivos específicos: a) Contextualizar a Economia Solidária e a Educação do Campo tendo em vista o desenvolvimento do campo; b) Relacionar a Economia Solidária com a Educação do Campo enquanto políticas públicas; c) Delinear as implicações das práticas da Economia Solidária e da Educação do Campo para o desenvolvimento sustentável da Serra Catarinense.

Para tratar das orientações teórico-metodológicas, esta pesquisa traz no seu primeiro capítulo os fundamentos, teorias e procedimentos que sustentam a investigação nas suas opções metodológicas. Adiantamos que a base epistemológica deste estudo é orientada pela teoria histórico-crítica, que segundo Demo (2010) ficou marcada com a superação da autoridade das imposições dogmáticas. O trabalho também compreende uma revisão bibliográfica orientada pelas categorias Economia Solidária, Educação do Campo e Desenvolvimento do

Campo, uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, com a aplicação de entrevista semiestruturada, tendo como sujeitos da pesquisa as pessoas envolvidas com Economia Solidária e Educação do Campo nos municípios de Cerro Negro e Otacílio Costa, situados na Serra Catarinense.

Para representar visualmente as categorias desta pesquisa, foi escolhido o fractal, que é um objeto geométrico que pode ser dividido em partes, cada uma das quais semelhantes ao objeto original. No caso desta pesquisa o fractal escolhido tem a forma triangular, para representar que Economia Solidária e Educação do Campo servem de base para se chegar ao Desenvolvimento do Campo localizado no ápice do fractal. Dentro desta forma podemos encontrar inúmeros, ou melhor, infinitos triângulos que o compõe, pois é preciso conhecer as partes que compreendem o todo deste fractal a que nos propomos estudar.

Figura 1 – Fractal das categorias da pesquisa: Economia Solidária, Educação do Campo e Desenvolvimento do Campo



Na orientação da nossa figura, para a categoria economia solidária destacam-se os conceitos de (ARRUDA, 2002) (SINGER, 2002) e (GAIGER, 2008); na categoria educação do campo (CALDART, 2010 e 2012), (FRIGOTTO, 2010), (LOCKS, 2010) e (MUNARIM, 2010) contribuem com propriedade, para fundamentar a categoria desenvolvimento do campo vem os pensamentos de (LOCKS, 2010),

(MICHELOTTI, 2012), (SACHS, 2008) e (VEIGA, 2005), para contextualizar a Serra Catarinense como território desta pesquisa (LOCKS, 2010), (MUNARIM, 2010) e (PEIXER, 2002; 2010).

Definidas as categorias da pesquisa, foi determinante para o objeto de pesquisa a elaboração do levantamento bibliográfico. Uma tarefa necessária para identificar até que ponto o tema foi estudado, bem como a frequência com que foi procurado como área de interesse na pesquisa científica e o quanto elas avançaram nos últimos tempos em seus resultados.

A construção do levantamento bibliográfico foi realizada entre os dias 09 e 14 de outubro de 2012, sendo iniciado pelo Banco de Teses e Dissertações da CAPES, acessado pelo site: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Partindo pela pesquisa das categorias isoladamente. Na busca pelas palavras-chaves na expressão exata, foram encontradas 522 trabalhos com a categoria economia solidária, 316 com a categoria educação do campo, e 3 trabalhos com a palavra-chave desenvolvimento do campo. Se realizar uma junção das categorias duas em duas, até esgotar as possibilidades de formação das duplas, não foi encontrados nenhum resultado para as expressões exatas das categorias escolhidas para esta pesquisa.

A segunda pesquisa foi no banco de teses da USP, acessado no site <http://www.teses.usp.br/>. Optou-se por procurar em todos os tipos de documentos disponíveis pela instituição, como: dissertações, teses de doutorado e teses de livre docência, onde foram encontrados os seguintes resultados: na busca das categorias nas palavras-chave, economia solidária foi encontrada em 15 trabalhos, a educação do campo em apenas um trabalho, e na categoria desenvolvimento do campo como palavra-chave não foi localizado nenhum documento. Neste site também foi realizada a consulta nos resumos dos documentos, neste caso, as categorias foram pesquisadas pela formação de combinações, mas não foi encontrado nenhum resultado.

A terceira pesquisa foi na base de dados disponíveis no site <http://www.scielo.br/>. Como opção desta busca optou-se primeiramente pela base de dados dos artigos publicados nesta página, em todos os seus índices disponíveis: palavra do título, resumo e assunto. Economia solidária aparece em 43 artigos, educação do campo em 7 e desenvolvimento do campo em nenhum artigo. Nos

resumos também foram procuradas as combinações de categorias, mas nenhum resultado foi apresentado.

Ainda no site Scielo periódicos, em todos os seus índices de busca, título e assunto, não foi localizado nenhum resultado para as categorias escolhidas.

A Biblioteca Universitária da UFSC foi a quarta instituição a ser pesquisada, através do site <http://aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca/>, onde foi selecionada a pesquisa avançada, por assunto, nos tipos de obras denominados como teses e dissertações. Com o tema economia solidária foram identificados 8 trabalhos, com educação do campo 571, e com a categoria desenvolvimento do campo foram encontrados 229 obras. Neste mesmo site foi realizada também a pesquisa das diversas combinações com as categorias a serem trabalhadas, mas nenhum registro se fez presente.

Para finalizar esta etapa de construção do levantamento bibliográfico nos bancos e teses disponíveis na internet, optou-se em pesquisar também o banco de teses e dissertações da UNICAMP, no site: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>. Esta pesquisa foi parametrizada para encontrar as categorias, primeiramente nas palavras-chave. Com o termo economia solidária foram encontradas 20 produções, com a categoria educação do campo e desenvolvimento do campo nas palavras-chave, exatamente com esta descrição, não foram localizados trabalhos cadastrados.

Devido algumas dificuldades encontradas durante a pesquisa neste site, para a combinação das categorias decidiu-se pesquisar nos resumos e contabilizar os resultados para todas as palavras que compõe os vocábulos. Os resultados obtidos foram os seguintes: com as palavras economia/solidária/educação/campo – 2 trabalhos localizados; com as palavras economia/solidária/desenvolvimento/campo – 3 trabalhos encontrados; com as palavras; educação/campo/desenvolvimento/campo – 253 trabalhos foram encontrados, sendo que na maioria deles trata do campo como espaço de atuação e não no sentido de nossa pesquisa, neste caso, apenas um trabalho nos chamou atenção: “Crítica à produção do conhecimento sobre a educação do campo no Brasil: teses e antíteses sobre a educação dos trabalhadores no início do século XXI”, de autoria de Joelma de Oliveira Albuquerque.

O Dicionário de Educação do Campo (2012) também foi alvo de levantamento, onde o termo economia solidária aparece apenas no artigo:

“Programa Nacional De Direitos Humanos (PNDH)”, do autor Paulo Vannuchi. Por duas vezes ele cita esta categoria, quando relata a importância do programa que incentiva a autonomia econômica, cultural e social no país. A categoria desenvolvimento do campo foi localizada em dois artigos: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) das autoras Conceição Paludo e Vanderléia Laodete Pulga Daron, que trata da origem e implantação do movimento, bem como a luta pelo reconhecimento e valorização das mulheres trabalhadoras do campo, onde a categoria pesquisada foi exposta por uma vez. O segundo artigo, Residência Agrária, é da autoria de Fernando Michelotti, que utiliza o termo por cinco vezes, ao descrever uma observação sobre o foco da especialização dos cursos de Ciências Agrárias no Brasil e também a experiência de uma pós-graduação com um intenso convívio junto aos assentamentos.

O que chama atenção na pesquisa efetuada no dicionário de Educação do Campo é a baixa utilização da categoria economia solidária, sendo citada apenas por três vezes ao longo das suas 788 páginas. Porém o termo solidário aparece em oito artigos, sendo uma vez relacionada com a categoria trabalho, outra com a categoria produção, três vezes com desenvolvimento e duas vezes com o termo educação. Quando pesquisadas as palavras solidária/solidárias, estas tem 20 incidências, e as palavras relacionadas com o verbo cooperar aparecem por 165 vezes. O que pressupõe possível existência de relações entre Economia Solidária e Educação do Campo.

Assim, concluímos o levantamento quantitativo de produções existentes com as categorias propostas para esta pesquisa, onde foi possível verificar que não há trabalhos que se dedicam aos mesmos objetivos, principalmente na mesma lógica epistemológica que aqui se dispõe. A partir deste levantamento será possível retornar às categorias, para realizar uma seleção qualitativa dos trabalhos que podem contribuir com esta pesquisa. Vale salientar que para os números aqui expostos foram consideradas todas as produções encontradas nos bancos de teses e dissertações citados, independentes da data de sua publicação, esta análise será procedida juntamente com o levantamento qualitativo.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro trata das orientações teórico-metodológicas, conforme descrevemos anteriormente. No segundo capítulo, Economia Solidária e Educação do Campo na perspectiva do Desenvolvimento do Campo, procura-se contextualizar a Economia Solidária e a

Educação do Campo na perspectiva potencial para o Desenvolvimento do Campo. Neste item serão apresentadas as origens, princípios e as teorias que fundamentam a Economia Solidária e Educação do Campo em conjunto, tendo em vista o Desenvolvimento do Campo. No Terceiro capítulo, Economia Solidária e Educação do Campo: suas relações enquanto políticas públicas pretende identificar as relações da Economia Solidária com a Educação do Campo na perspectiva das políticas públicas existentes. No quarto capítulo, Economia Solidária e Educação do Campo na prática: implicações para o desenvolvimento da Serra Catarinense busca-se delinear as práticas existentes de Economia Solidária e Educação do Campo, na Serra Catarinense, bem como as implicações para o desenvolvimento do campo neste território.

1 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este capítulo se propõe a esclarecer as origens e o enfoque epistemológico da pesquisa, delimitar o espaço geográfico da pesquisa de campo, definir os sujeitos e os instrumentos de pesquisa, bem como a forma com qual ela será aplicada.

Na perspectiva de alinhar a Economia Solidária e a Educação do Campo para o Desenvolvimento do Campo na Serra Catarinense, o que significa ter outra base econômica com foco na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais e suas relações com o trabalho no campo, optou-se pela metodologia de análise dentro da teoria histórico-crítica. Pois de acordo com os ensinamentos de Tello (2013, p. 23) quando trabalhamos com políticas educativas, é fundamental garantir a não neutralidade da investigação de cunho científico, ou seja, estabelecer o lugar onde se situa o investigador, que posição epistemológica ele assume para levar a cabo sua pesquisa ao analisar e obter seus resultados. Tendo como nossas categorias Educação do Campo e Economia Solidária, elas também remetem para duas relevantes políticas públicas em desenvolvimento no Brasil a partir de meados de 1990. Este fato indiscutivelmente justifica o cuidado em esclarecer nosso posicionamento nesta investigação.

Refletir acerca da Economia Solidária e a Educação do Campo para o desenvolvimento do campo vai além de criticar o modo de produção capitalista, que aqui neste estudo é a teoria rival, ou fazer uma autocrítica deste, mas sim discutir dentro da teoria histórico-crítica o sistema do capital que já virou ideia fixa, e neste caso, ao fazer um paralelo com o que Demo (2010) declara sobre ideia fixa com o capitalismo latente aqui questionado, logo se sabe que este sistema não tem apreço crítico e nem tampouco autocrítica, o que conduz a sociedade ao individualismo. Ao contrário, trata-se de um sistema que periodicamente constrói sua legitimidade e validade disseminando sua ideologia por diferentes aparelhos do Estado classista, mormente, pelo uso permanente dos meios de comunicação de massa. Assim a sociedade se fragmenta cada vez mais e não nota que suas decisões individuais interferem no contexto global, os humanos são capazes de construir a história, mas também tem o poder de mantê-la inerte ou ainda destruí-la sem oportunizar a reconstrução. Questionar o capitalismo é uma necessidade urgente.

A teoria crítica para Demo (2010) implica em ser dono do saber pensar, e

não em simplesmente apreciar quem sabe pensar, admite que todas as teorias envelhecem e para evoluir passam pelo processo da autocrítica que conduz para a autonomia, uma teoria que proporciona o questionamento a fim de manter-se em atualização constante, caso contrário, acaba tornando-se uma credence ou até mesmo um paradigma que se rende à autoridade e apaga as críticas. Por isso, “O primeiro objeto da crítica é o próprio crítico e sua crítica. A teoria histórico-crítica, talvez mais que outras, poderia colaborar nessa vivacidade autocrítica.” (DEMO, 2010, p.114).

Será, pois, compromisso crucial da teoria histórico-crítica manter-se crítica pela via da autocrítica, da comunicação desimpedida com teorias rivais, da desconstrução e reconstrução permanente de suas próprias bases, sem esquecer de seu caráter apenas instrumental: serve – se servir – para dar conta da realidade que nunca cabe em nenhuma teoria. (DEMO, 2010, p.112 e 113).

Freire (1980) tomou como tema central de suas reflexões o vocábulo conscientização, e alerta que o ato de conscientizar, exige compromisso, é um processo que não se esgota, é inserir a dialética histórico-crítica, que vai denunciar as ações desumanizantes e anunciar as humanizantes. Estar em busca de aprendizagem quer dizer que o educando já está em processo consciente.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se ‘dês-vela’ a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. (FREIRE, 1980, p.26).

Assim, a reflexão elaborada neste trabalho fundamenta-se epistemologicamente na teoria histórico-crítica, a qual segundo Demo (2010, p.101) surge no marxismo, que para Triviños (1987, p. 49) “compreende, precisamente, três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política.” Na revisão desta teoria o “materialismo dialético é a base filosófica do marxismo” (op. cit., p.51) que explica a transformação da matéria e a importância que existe na construção do conhecimento, e estar consciente da realidade da prática social e mais, como as formas inferiores passam para superiores. O materialismo dialético é a corrente epistemológica, segundo nosso entendimento, que melhor desvenda ou diminui a complexidade do real. Ela o vê em constante

movimento, na totalidade de suas relações e articulações entre as partes que o compõe e nas mais variadas formas em que se expressa a contradição, seja interna ou externa, nos objetos ou fenômenos em análise. Outro princípio fundamente do materialismo histórico dialético, é a consciência de que o ser humano é o sujeito da história, sabendo que, como apontou Marx, embora nem sempre o ser humano a construa conforme seus desejos ou escolhas. Nas suas próprias palavras: “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. (MARX, 2011, p. 25).

Esta teoria vai ao encontro dos anseios do início da era moderna, que segundo Demo (2010) ficou marcada pela superação da autoridade das imposições dogmáticas do sistema do capital, a autoridade do argumento encontrada pelo conhecimento científico, pois primeiramente o que não é discutível não pertence ao contexto deste.

Ainda do ponto de vista do materialismo histórico pode se concluir que este “é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade.” (TRIVIÑOS, 1987, p.51). Nesta perspectiva a investigação aqui proposta fundamenta-se para compreender as dimensões da organização política da Economia Solidária e da Educação do Campo, no conjunto da sociedade, enquanto formação socioeconômica e estrutura social, com vistas para o desenvolvimento do campo. Para isso a teoria histórico-crítica vem no sentido de discutir exaustivamente a realidade e as práticas sociais. A verdade que não é questionada torna-se um dogma, uma utopia, por isso deixa de ser verdade.

A revisão bibliográfica é orientada pelas categorias de análise, Economia Solidária, Educação do Campo e Desenvolvimento do Campo, que foram avaliadas com critérios rígidos, tanto na aderência com a pesquisa quanto na veracidade dos seus conteúdos, seguindo o alerta de Gil (1990, p.70) que orienta os pesquisadores para a necessidade de uma atitude crítica na busca do referencial bibliográfico. Esta revisão foi desenvolvida e aprimorada durante todo o processo de pesquisa, de acordo com as necessidades específicas de cada etapa desta construção, onde algumas indicações bibliografias merecem destaque devido ao elevado nível de contribuição conceitual dentro de cada categoria estudada.

Nesta investigação, além da revisão bibliográfica temos a pesquisa de campo de caráter qualitativo, que segundo Lüdke e André (1986), caracteriza-se por ter o ambiente natural como fonte de dados através do trabalho de campo, onde os dados coletados são descritivos em sua maior parte; pela existência do interesse do pesquisador pelas manifestações, procedimentos e interações encontrados no objeto de pesquisa, bem como com o significado que os sujeitos da pesquisa dão ao objeto; e ainda pela tendência da análise dos dados seguir um processo indutivo.

A ida ao campo se justifica no sentido de estabelecer um diálogo com a realidade, no intuito de contemplar a unidade à teoria-prática na pesquisa, por isso elegemos o trabalho de campo, e a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos com empreendimentos de Economia Solidária e a Educação do Campo em duas localidades da Serra Catarinense, nos municípios de Otacílio Costa e Cerro Negro. Do ponto de vista de Triviños (1987, p.145-146) a entrevista semiestruturada é um dos principais meios de coleta de dados para a pesquisa qualitativa. Parte-se com questionamentos básicos de interesse da pesquisa e, na medida em que se recebem as respostas do entrevistado, novos questionamentos podem surgir, dentro do foco principal, o que permite a participação do entrevistado na construção do conteúdo da pesquisa.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

Nesta etapa do trabalho revelamos os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo. Primeiramente justificando a opção pelo trabalho de campo e sua importância, em um segundo momento temos a forma e o método de construção da pesquisa de campo. Guber¹ (2005, p.47) define o trabalho de campo como uma instância reflexiva no processo de produção do conhecimento, pois é envolto de originalidade, tendo a presença direta do pesquisador, o campo é a sua referência empírica, é o lugar onde ele encontra os atores da situação que pretende pesquisar, é uma parte da realidade que ele quer conhecer. Neste recorte, ele busca seus objetivos no mundo natural e social construído pelas comunidades, ou seja, é o conjunto do espaço físico, atores e suas atividades, assim denominado de campo.

¹ GUBER, Rosana. *El selvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social em el trabajo de campo*. Buenos Aires: Paidós, 2005, 220 p. Tradução do espanhol é de responsabilidade da autora desta dissertação.

Dentro deste conjunto, Guber (2005, p. 47) diz que as ações e as práticas são inseparáveis, e por ser parte da realidade tem propriedades em feitos passados e presentes, o investigador por sua vez, transforma as informações obtidas no conjunto, em material útil e expressivo para o trabalho. A articulação entre os atores e as suas atividades é o que torna relevante a verbalização das práticas e o papel do investigador consiste em tornar público os sentidos e as relações que constituem a objetividade social do campo em observação.

A reflexão vem à tona na pesquisa de campo, com as opções que o pesquisador procura fazer durante o seu planejamento, ao escolher técnicas e métodos de pesquisa mais adequados ao seu objeto, ao elaborar indagações claras, ao registrar com fidelidade as informações coletadas, ou seja, para Guber (2005, p. 48) a reflexividade está em criar as melhores vias de acesso para se chegar às informações.

Com o traçado deste caminho para a pesquisa, desenvolvemos a consciência da sua importância, pois o ato de apenas coletar dados não produz conhecimento. A produção do conhecimento vem do rigor com que se faz a coleta e análise das informações, bem como da responsabilidade com que se faz a exposição dos resultados alcançados para a comunidade, além da preocupação com o método, característica própria da pesquisa qualitativa. “A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12).

O trabalho de campo é o método desta pesquisa onde estabelecemos contato direto com sujeitos envolvidos com os empreendimentos de economia solidária e com a escola do campo. A entrevista vai permitir a interação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa em um ato de reciprocidade. Onde a captação das informações é imediata, segundo Lüdke e André (1986, p. 34) esta é a principal vantagem em relação às outras técnicas, e a sua eficiência se dá pelas possibilidades de correções, adequações e elucidações de dúvidas advindas da aplicação da entrevista.

A entrevista na construção da pesquisa qualitativa é interessante por ter o seu conteúdo único e integral. “Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente” (TRIVIÑOS, 1994, p. 137), preocupar-se com o contexto todo, não apenas com determinadas partes é

fundamental. A identificação deste todo requer habilidade e interesse por parte do investigador, fase que consiste no firme propósito de conhecer a natureza do objeto em questão. Assim, na aplicação da entrevista o pesquisador está atento ao ambiente, sinais e comentários emitidos pelos pesquisados, que possam ser fonte de informação que revelam a realidade do conjunto. Desprezar fatos desta ordem pode resultar na insignificância do trabalho.

Nesta pesquisa optou-se pela entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações, que segundo Triviños (1994, p. 146), consiste na elaboração de questionamentos básicos, a partir das teorias e hipóteses, dentro das ideias do pesquisador. O pesquisador inicia a entrevista com estes questionamentos, e à medida que o entrevistado vai respondendo, novas hipóteses surgem, frutos desta interação.

Então, os questionamentos que integram o instrumento de pesquisa “são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno não sendo menos importantes seus contatos, inclusive realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.” (TRIVIÑOS, 1994, p. 146).

1.2 *LOCUS* E SUJEITOS DA PESQUISA

O território desta pesquisa enquanto campo empírico - Serra Catarinense é composto por dezoito municípios de Santa Catarina, sendo de acordo com a Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES) os seguintes: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São Jose do Cerrito, Urubici e Urupema.

Na ocupação deste território, Locks (2010, p. 8) descreve que a colonização da Serra Catarinense foi realizada por tropeiros em 1766, que entre outros objetivos do governo colonial, era ocupar esta região, para que ela não fosse alvo do interesse dos espanhóis. Mas esse território, já era habitado por populações indígenas como Kaingang e Xoclung que foram dizimados ou expulsos deste território pelos colonizadores. Demonstra também que a economia da Serra passou pelo ciclo do gado (1766-1940), ciclo da madeira (1940-1970) e que nas últimas o modelo de desenvolvimento regional tem-se caracterizado por desequilíbrios sociais,

economicamente injustos, ambientalmente predatórios, portanto insustentável. Recentemente é pautado no agronegócio com os monocultivos do *Pinus elliottii* e do *Eucalyptus sp* e na construção de hidrelétricas para geração de energia.

O agronegócio baseado na produção do *Eucalyptus sp* e *Pinus elliottii* encontra-se em expansão na Serra Catarinense, comprovada nos relatórios, segundo IBGE (2013) sobre a produção e a extração vegetal e da silvicultura de 2011, Santa Catarina figura na produção de lenha da silvicultura onde o município de Chapecó está entre os 20 maiores produtores no Brasil. Mas é na madeira em tora para papel e celulose que a Serra Catarinense ganha destaque neste relatório, que tem o município de Otacílio Costa, dentre os 10 maiores produtores no Brasil, contando com 1.720.000 m³, dos 10.398.753 m³ produzidos em Santa Catarina, ou seja, caracteriza a concentração de 16% desta atividade, apenas em um município, assim, o estado se coloca em terceiro lugar nesta produção, no ano de 2011.

Essa é uma prática encontrada no modelo de desenvolvimento social excludente, movido por políticas conservadoras, economia injusta e ecologia desprovida da sustentabilidade. Especificamente sobre a economia regional, o retrato é alarmante, pois a economia sempre está associada à política, e o crédito não está disponível para as classes sociais empobrecidas. Este cenário não tem relação com a sustentabilidade da proposta de Sachs (2008).

Com a reflexão e análise deste contexto, se faz necessário trabalhar para que o território da Serra Catarinense não caminhe para o abandono, alienação e degradação, onde Locks (2010, p. 9) chama atenção para o desafio que as políticas públicas têm atualmente, de fomentar a participação da população como principal protagonista de seu desenvolvimento.

Dentre os critérios de território na perspectiva de Sachs (2008, p. 32), as configurações urbanas e rurais se encontram em equilíbrio, sem inclinações urbanas para o investimento público e o desenvolvimento ambiental quando estruturado de forma segura com o objetivo de conservar a sócio biodiversidade. Quanto aos critérios sociais, é possível concluir que não há sustentabilidade sem a participação da comunidade na gestão pública para garantir a igualdade social tanto no quesito acesso aos recursos e serviços ofertados pelo Estado, quanto no quesito renda, no sentido de que as possibilidades de melhoria da renda, possam estar ao alcance de todos os cidadãos, dentro do seu território, de sua profissão, cultura e sociedade.

Figura 2 – Mapa do Estado Brasileiro de Santa Catarina com destaque para a Serra Catarinense



Fonte: LS Agência

Na análise do contexto histórico do desenvolvimento x crescimento econômico entre os anos 40 e 70, a cidade de Lages/SC, que é município polo da Serra Catarinense, foi marcada por uma importante mudança na sua economia, o espaço urbano que até então era dependente da pecuária extrativista, passa a ser fornecedora de bens e serviços para a indústria madeireira. Houve então o crescimento populacional e econômico, caracterizado pela exploração da mão de obra e concentração de renda. Os trabalhadores que se concentravam no entorno das madeireiras na espera de uma vida melhor, foram surpreendidos pela falta de estrutura e a baixa remuneração. Sendo assim, Peixer (2002, p. 279) considera insustentável o crescimento econômico existente nesta época, pois o desenvolvimento social foi restrito. “Ao contrário, implicou uma grande periferização da cidade, com a crise da exploração da madeira e no adensamento dos problemas urbanos, como a falta de moradia, o desemprego e a violência.” (PEIXER, 2002, p.

279).

As considerações alhures são importantes no campo da reflexividade desta pesquisa no sentido de analisar o desenvolvimento da Serra Catarinense para que ele se aproxime da sustentabilidade, minimizando a insegurança ambiental, a exclusão social, a concentração da atividade produtiva e a desigualdade na distribuição de renda com o “desenvolvimento de propostas alternativas que passam pela reversão do quadro econômico, na valorização da agricultura, em propostas educacionais que possibilitam o rompimento com o sistema de dominação cultural e uma nova proposta para a cidade” (PEIXER, 2002, p. 280) e também para a Serra Catarinense.

Esse pensamento vem ao encontro da proposta central deste trabalho, que consiste no conjunto da Economia Solidária e Educação do Campo, como perspectiva potencial para o desenvolvimento do campo. Convém enfatizar que a eleição de nosso objeto de pesquisa fez com que fizéssemos contato e nos familiarizássemos com o Fórum Regional de Economia Solidária da Serra Catarinense (FRESOL). A partir de 09/11/2012, passamos a participar dos seus encontros regulares. Este Fórum tem a responsabilidade de articular as reivindicações e necessidades dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), refletir sobre a Economia Solidária, bem como fortalecer as suas intenções, enquanto política pública.

Assim, foi possível identificar a relevância do Projeto FORTEES² (Fortalecendo Experiências da Economia Solidária), executado em 2011 e 2012 pela Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina, que trabalha para qualificar os EES, fomentar a comercialização dos produtos dos EES, articular as feiras regionais, os fóruns regionais, as cadeias produtivas e também na ampliação da rede de EES, com oficinas e cursos de economia solidária.

Outro tema de pauta das reuniões do Fórum é o Projeto de Lei Municipal de Economia Solidária de Lages, que significa a passagem para a consolidação da Economia Solidária como política pública no município, que pode servir de referência normativa para outros municípios da região. O FRESOL é um espaço importante onde se discute a organização da Feira Regional Economia Solidária que ocorre

² Projeto FORTEES (Fortalecendo Experiências da Economia Solidária) executado em 2011 e 2012 foi elaborado pela Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina. “Seu objetivo principal é contribuir para que a Economia Solidária seja de fato alternativa de trabalho e renda.” (FAVARIN, 2011). O projeto tem como patrocinadora a Petrobrás.

anualmente.

Frequentando as reuniões do Fórum, revisando as pesquisas divulgadas pelo Centro Vianei de Educação Popular³, é possível encontrar exemplos de Empreendimentos de Economia Solidária localizados no campo, como a Associação Nossa Senhora de Lurdes da comunidade de Umbu, segundo Yamamoto (2010) está situada no município de Cerro Negro, é composta por 22 famílias, que descontentes com o modo de produção rural convencional, “concluíram que precisariam se associar para buscar apoio. E foi frequentando a Casa Familiar Rural que algumas destas lideranças conheceram o Centro Vianei de Educação Popular.” Com este suporte, a associação passou a elaborar projetos para obter fomento e auxílio para produzir agro ecologicamente, que vai “desde obtenção de calcário para a correção do solo até máquinas de costura ou arame para telar quintais.” Assim a associação engajou-se à Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Consumidores e Artesãos da Região Serra (ECOSERRA), que atualmente é responsável pela comercialização da produção e pela parceria com o “programa de compra institucional da agricultura familiar gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento -- o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴”.

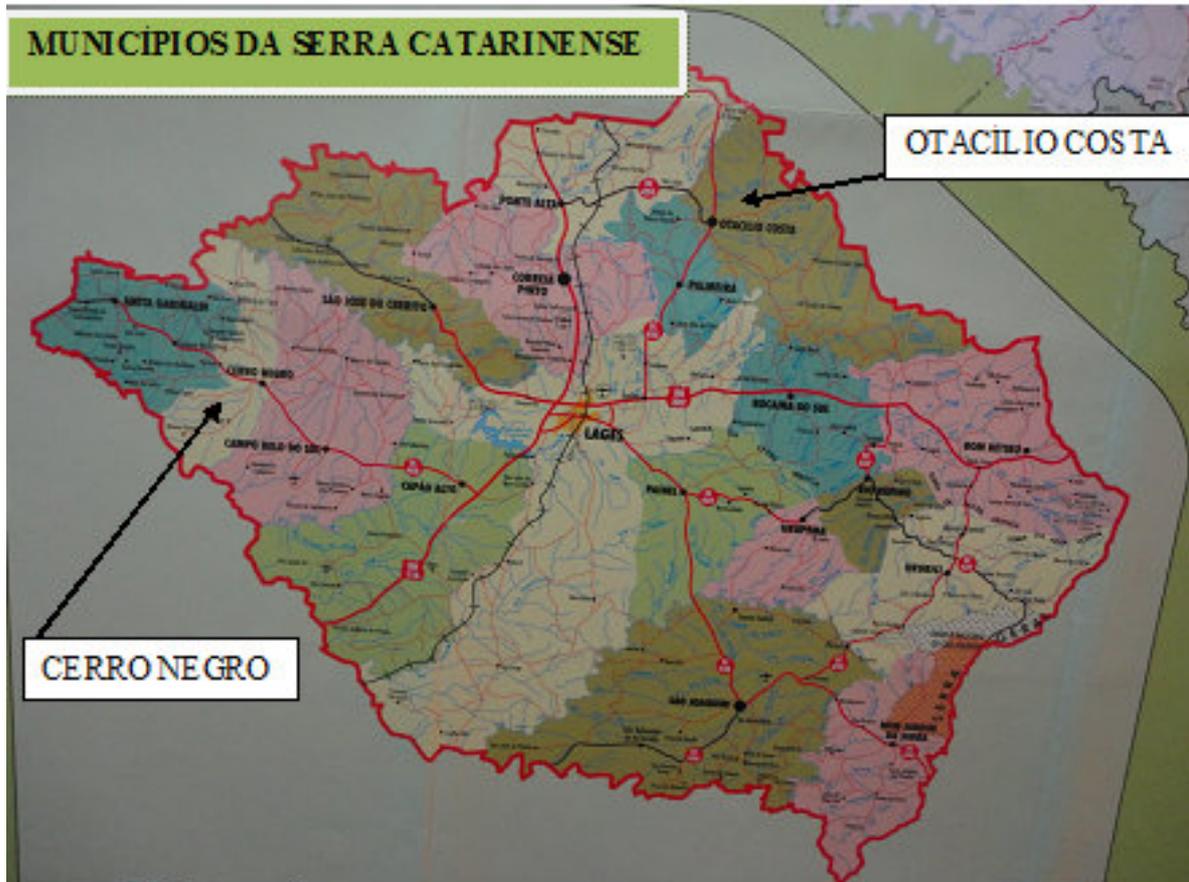
A ECOSERRA de acordo com as informações de AGROECOLOGIA EM REDE (2013) foi fundada em 1999, e já contava com 450 associados no ano de 2010, sendo estes consumidores, artesãos e agricultores familiares provenientes principalmente da região do Território Serra Catarinense. A cooperativa surgiu com a necessidade de aproximar essas três categorias, com vistas na conquista de uma atividade econômica mais justa e solidária. Seu objetivo é embasado dentro dos

³ Centro Vianei de Educação Popular: “A Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde – AVICITECS é uma sociedade civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente e de assistência social, constituída por pessoas de diferentes áreas do conhecimento, que a ela vierem a se filiar.” (CENTRO VIANEI, 2013).

⁴ “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios”. (BRASIL, 2013)

princípios da economia solidária, contemplando a produção, a compra e da venda de produtos agroecológicos e artesanais, de insumos agrícolas e bens de consumo, na defesa do bem estar econômico, social, ambiental e da saúde dos seus associados e da comunidade em geral.

Figura 3 – Mapa da Região da Serra Catarinense



Fonte: LS Agência.

Conforme Iamamoto (2010) o grupo aponta que o maior problema para o desenvolvimento das atividades da associação está relacionado com o transporte, devido ao estado precário de conservação das estradas, e destacam como ponto positivo a parceria com o programa PAA, segurança e saúde das famílias.

Outro exemplo é a Associação das Famílias Agroecológicas de Otacílio Costa (AFAOC), situada no município de Otacílio Costa, segundo Sartori (2010) surgiu por meio de um curso de Educação Popular, realizado também pelo Centro Vianeí. As mulheres participantes convidaram os interessados para trocar experiências com outros grupos agroecológicos e assim decidiram por produzir e

comercializar na perspectiva da agroecologia. Como aspectos positivos Sartori (2010) destaca:

a melhoria da renda através da comercialização na feira e no mercado institucional, a valorização e reconhecimento dos homens e demais familiares pelo trabalho e organização enquanto mulheres agricultoras seguido de respeito pela família, na comunidade e pelas esferas políticas local [...] A predominância das mulheres se caracterizou pela saída dos homens das unidades produtivas em busca de trabalho nas empresas envolvidas com o plantio e beneficiamento do pinus. O desafio em permanecer na propriedade levou as mulheres a buscar alternativas para o sustento familiar.

Sartori (2010) também enumera as dificuldades encontradas pelas mulheres da AFAOC, como:

excesso de trabalho da mulher e a pouca valorização pela sociedade [...] pouco recurso para investimento [...] porém o problema maior consiste na perda de cultivos pelo consumo de pássaros e animais nativos que não tem mais onde se refugiar. O município é a capital da madeira e está tomado pelo cultivo de pinus. O principal desafio é a continuidade do trabalho, manter a associação sempre ativa, buscar inserir mais mulheres, principalmente as mais jovens.

Segundo Zapelini (2011) a AFAOC conta com 16 associados, atua como participante do PAA e também do Conselho de Segurança Alimentar Catarinense, e está em busca da constituição deste conselho em nível municipal.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários eleitos para a pesquisa ocupam espaços distintos da Serra Catarinense, esta constatação também foi determinante no processo de seleção dos EES. Segundo os dados obtidos no sítio do IBGE (2013) o município de Cerro Negro tem uma área geográfica de 417 Km², uma população de 3.581 habitantes e a “economia baseada na agropecuária”. Otacílio Costa tem uma área geográfica de 845 Km², uma população de 16.337 habitantes “possui a maior densidade de florestas exóticas do País (pinus)” e a “economia é sustentada pela indústria do papel”.

De Lages onde resido até Cerro Negro a distância percorrida é de aproximadamente 75 quilômetros. Para chegar até o local primeiramente passa pela BR 116 sentido Sul, que conta com boa infra estrutura mas são apenas 17 quilômetros nestas condições, em seguida, o restante do caminho é à direita pela SC 458, uma estrada em péssimo estado de conservação, além das inúmeras curvas existentes, mas a paisagem é belíssima, neste trajeto percorri por duas vezes. De Lages até a sede do município de Otacílio Costa são 47 quilômetros, primeiramente o destino passa pela BR 282, sentido Litoral, por 12 quilômetros,

depois é seguir a esquerda pela SC 425 por 35 quilômetros de asfalto marcado pela passagem intensa dos caminhões que transportam as toras de *Pinus elliottii*, cultivados na região, e mais os que trazem toras provenientes de outras regiões do país, para a indústria papeleira instalada neste município. Mas para chegar até a Escola Educampo Alegre ainda é preciso percorrer aproximadamente 30 quilômetros de estrada de chão, perfazendo um total de 77 quilômetros, localidade onde estive por 3 vezes.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários eleitos para a pesquisa ocupam espaços distintos da Serra Catarinense, esta constatação também foi determinante no processo de seleção dos EES. Segundo os dados obtidos no sítio do IBGE (2013) o município de Cerro Negro tem uma área geográfica de 417 Km², uma população de 3.581 habitantes e a “economia baseada na agropecuária”. Otacílio Costa tem uma área geográfica de 845 Km², uma população de 16.337 habitantes “possui a maior densidade de florestas exóticas do País (pinus)” e a “economia é sustentada pela indústria do papel”.

As Tabelas abaixo foram construídas com os dados disponíveis no sítio da AMURES e do IBGE, com a finalidade de demonstrar e visualizar as principais características socioeconômicas que nos ajudam a compreender o contexto atual de cada município com a proposta da pesquisa.

TABELA 1 – DADOS ESTATÍSTICOS DE CERRO NEGRO E OTACÍLIO COSTA

DADOS ESTATÍSTICOS	MUNICÍPIOS	
	CERRO NEGRO / SC	OTACÍLIO COSTA / SC
Área (fonte: IBGE)	416.78 km ²	846.58 km ²
População (fonte: IBGE / 2012)	3.472	17.349
Eleitores (fonte: IBGE / 2012)	3.037	12.570
IDH (fonte: PNUD / 2000)	0,621	0,740
PIB (fonte: IBGE / 2012)	R\$ 37.956.984,00	R\$ 529.724.961,00

FONTE: Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES)

TABELA 2 – DADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO DE CERRO NEGRO E OTACÍLIO COSTA

Produto Interno Bruto dos Municípios 2011	MUNICÍPIOS		Valores em R\$
	CERRO NEGRO / SC	OTACÍLIO COSTA / SC	
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	16.991	70.226	mil reais
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	3.199	251.113	mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	16.422	165.811	mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	1.345	42.575	mil reais
PIB a preços correntes	37.957	529.725	mil reais
PIB per capita a preços correntes	10.716,26	32.071,50	reais

FONTE: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

TABELA 3 – PERCENTUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO, DISTRIBUÍDO POR ATIVIDADE DE CERRO NEGRO E OTACÍLIO COSTA

Produto Interno Bruto dos Municípios 2011	MUNICÍPIOS		%
	CERRO NEGRO / SC	OTACÍLIO COSTA / SC	
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	44,76	13,26	%
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	8,43	47,40	%
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	43,26	31,30	%
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	3,54	8,04	%

FONTE: Tabela construída a partir dos dados da Tabela 2, do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Com os dados das tabelas apresentadas, observamos que no município de

Cerro Negro a atividade de agropecuária representa 44,76% do produto Interno bruto, a indústria tem 8,43% e os serviços 43,36%. Já em Otacílio Costa a atividade de agropecuária soma 13,26% do produto Interno bruto, a indústria representa 47,40% e os serviços 31,30%. O primeiro tem a base da economia reconhecida pelo IBGE na agropecuária e no segundo a base econômica está na indústria, alavancada pelo monocultivo de *Pinus elliottii* e *Eucalyptus sp* para produção de madeira, papel e celulose. Esses dados resultam em dois contextos para análise da Economia Solidária e da Educação do Campo na Serra Catarinense. No primeiro caso é visível a importância da agricultura familiar e no segundo a invisibilidade da mesma.

Ao estudar o *lócus* da pesquisa, tivemos oportunidade de identificar no campo empírico como vimos anteriormente, quanto o campo da Serra Catarinense vem sendo tomado pelo agronegócio, com a monocultura do *Pinus elliottii*, do *Eucalyptus sp* e também pelos parques de geração de energia hidroelétrica. Dois segmentos que estão a serviço do sistema do capital, causando a evasão dos povos do campo ou a submissão destes a estes empreendimentos do capital. Assim, tem-se a coexistência de dois grandes projetos no campo: o agronegócio e a agricultura familiar.

Como sujeitos desta investigação, elegemos dois Empreendimentos de Economia Solidária (EES) existentes na Serra Catarinense, as quais serão mantidas em sigilo e aqui vamos chamar de: Ecosol Viver Bem em Cerro Negro e Ecosol Bem Estar em Otacílio Costa.

Além dos EES acima descritos como sujeitos da pesquisa, se fez necessário entrevistar também as escolas próximas aos EES. Elas foram selecionadas a partir das entrevistas realizadas com os representantes dos EES. As entrevistas nas escolas que atendem o público destas comunidades são de extrema importância para verificar se gestores e professores, elas têm conhecimento de práticas de Economia Solidária existentes na localidade; se as práticas pedagógicas escolares consideram os EES, refletem ou incentivam tais iniciativas. Até que ponto o Projeto Pedagógico escolar tem incorporado ou ignorado as vivências ou práticas comunitárias nas quais muitos de seus discentes estão envolvidos com suas famílias em processos socioeconômicos e culturais. As duas escolas identificadas como sujeitos da pesquisa, também serão mantidas em sigilo, sendo chamadas neste estudo de Educampo Feliz em Cerro Negro/SC e Educampo Alegre em Otacílio

Costa. A seguir apresentamos os instrumentos de pesquisa para serem aplicados com os seus sujeitos.

Os sujeitos que participaram da pesquisa também serão mantidos em sigilo. Para os profissionais da Educação do Campo, pertencentes às duas escolas selecionadas, foram renomeados, com nomes de árvores de espécies nativas da Serra Catarinense. Sendo os profissionais da Educampo Feliz: Araucária, Bracatinga e Guamirim; e os profissionais da Educampo Alegre: Canela, Guabiroba e Peroba.

1.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Foram elaborados dois instrumentos de pesquisa, o primeiro é direcionado para entrevistar os representantes dos Empreendimentos Economicamente Solidários, o segundo para entrevistar os profissionais da educação das instituições de ensino do entorno dos EES. Os quais se encontram formatados a seguir, na sessão dos apêndices deste trabalho.

O instrumento de pesquisa dedicado aos representantes dos Empreendimentos Economicamente Solidários tem o objetivo de revelar se os EES tem alguma relação com a escola na comunidade, se a experiência dos EES pode contribuir com a Educação do Campo, se eles já desenvolveram algumas ações com os professores e alunos da escola da comunidade, em que a Economia Solidária e a Educação do Campo contribuem ou tem contribuído com o desenvolvimento do campo, com relação ao bem estar da comunidade, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e também o que eles entendem por Economia Solidária e Educação do Campo.

A pesquisa aplicada com os profissionais da educação, da instituição de ensino do entorno dos EES, tem o propósito de verificar se a escola trabalha de acordo com as diretrizes nacionais que normatizam a Educação do Campo, se a escola tem alguma relação com as ações dos EES existentes na comunidade, e também se a economia solidária e a educação do campo podem contribuir com o bem estar e a melhoria da qualidade de vida da comunidade, no sentido do desenvolvimento do campo.

Em síntese, os instrumentos pretendem identificar se há relações entre a prática da Economia Solidária e Educação do Campo, e se estas práticas implicam em Desenvolvimento do Campo na Serra Catarinense. Após a coleta dos dados

obtidos em campo, estes foram devidamente textualizados, interpretados e analisados, para compor o quarto capítulo deste trabalho.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Contextualizar a Economia Solidária e a Educação do Campo como perspectiva potencial para o Desenvolvimento do Campo é a ideia central deste capítulo, por meio do qual buscamos explicitar a origem da Economia Solidária e da Educação do Campo, os princípios e as teorias que embasam estas práticas, a organização, a estrutura política e o seu fortalecimento ao longo dos tempos, tendo em vista o desenvolvimento do campo, no sentido de oportunizar escolhas que vão ao encontro das necessidades socioeconômicas dos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Iniciamos a pesquisa no olhar da empresa economicamente solidária, onde, segundo Singer (2002), os sócios participantes do empreendimento tomam as decisões coletivamente, democraticamente, ou seja, dentro das práticas da autogestão. Esse é o grande diferencial entre a economia capitalista e solidária. Na economia capitalista o poder e o interesse hierarquizado dos sócios de acordo com o capital aplicado estão acima de tudo, já na Economia Solidária têm-se primeiramente os interesses pela coletividade.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p.10)

A Economia Solidária denominada por Singer (2002, p. 110) como o novo cooperativismo, tem suas origens históricas no cooperativismo revolucionário, nascido após a Revolução Francesa, que causou uma série de guerras pela Europa, e se encerrou em 1815 com a Grã-Bretanha em crise profunda. Para combater a pobreza e o desemprego, Robert Owen, um das referências clássicas do socialismo utópico desenvolvido na Europa do século XIX, propôs que os fundos de sustento aos pobres fossem investidos em terras e indústrias, constituídas em Aldeias Cooperativas, onde as pessoas atingidas produziriam sua própria subsistência e o excedente produzido poderia ser trocado com outras aldeias. O plano de Owen não se caracterizava apenas pela possibilidade de custear o sustento dos pobres, Singer

(2002, p. 33) afirma que neste tempo o cooperativismo nascia como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Cabe também salientar que a postura sindical do momento, não era a luta pela melhoria das condições de trabalho e aumentos de salários, mas sim a abolição do trabalho assalariado.

Desta forma os pobres passariam da desocupação para a reinclusão no processo produtivo, ou seja, uma modificação no sistema social e a abolição da empresa lucrativa capitalista. Com esses fatos, “tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.” (SINGER, 2002, p. 35) Assim, Singer (2002, p. 35) indica que as ideias owenistas se constituem em fonte de inspiração para os seus sucessores Engels e Marx.

Marx e Engels (1986, p. 44-49) fazem críticas severas ao processo de divisão capitalista de trabalho, onde os trabalhadores parecem estar livres, mas de fato não estão. Essa proposta provoca uma distribuição desigual tanto do trabalho quanto de produtos, pois tem certas atividades que são inferiorizadas no processo produtivo, e por isso a remuneração é menor, ou em certos casos inexistente, ou seja, a divisão de trabalho está a serviço da coletividade, mas sob o poder de interesses particulares, de um grupo ou indivíduo dominante. Porém, se “O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos exigida pela divisão do trabalho,” como afirmam (MARX; ENGELS, 1986, p. 49), é possível conceber novas formas de organização do trabalho onde cada indivíduo encontra e reconhece sua capacidade, habilidade e aptidão, o que significa contribuir, cooperar e produzir coletivamente, sem a existência de uma imposição à determinada atividade, assim como na Economia Solidária, uma união de indivíduos que mantém sob seu controle as relações de livre desenvolvimento de uma atividade afim, o que tornou a organização do trabalho, acima de tudo humana e que respeita as limitações e a diversidade de pensamentos existentes entre os indivíduos.

O ato, a força e a organização dos sistemas de produção na problematização de Mészáros (2009, p.27-30) têm ligações também com a sua formalização, onde é possível perceber os caminhos conflitantes que o sistema do capital percorre para explicar e justificar a universalidade, as relações de igualdade e de temporalidade. Para dar sentido à universalidade ele reforça a ideia de formalidade do ato de produzir, que pode ser facilmente confundida com um mero sistema de hierarquização para organizar o processo produtivo, mas esta ideia leva os indivíduos para a alienação das atividades, as relações humanas são reduzidas a

meras formalidades e o trabalho se torna desumano, sendo separado e codificado para facilitar o controle, não só da produção, mas também dos trabalhadores, o que facilita o domínio do pensamento social.

Quanto às questões que permeiam a igualdade neste sistema é justamente a tentativa de confundir formalidade com igualdade envolvida pela ideologia das trocas mercantis. Para acompanhar a dinâmica da temporalidade o capitalismo tem interesse na extinção das direções históricas de passado e futuro tornando o presente imediato e eterno.

Neste sentido, para Singer (2002) a Economia Solidária, surge dentro dos mesmos princípios universais do cooperativismo: Uma pessoa tem direito a um voto independente do capital integralizado, porta aberta para receber todas as pessoas que tiverem interesse em participar, divisão de sobras proporcionais ao seu trabalho ou produção, taxa de juros fixa, empenho na educação e imparcialidade nas questões religiosas e políticas.

O que distingue esse 'novo cooperativismo' é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e a igualdade dentro dos empreendimentos à insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda. (SINGER, 2002, p.111)

No Brasil, segundo o histórico desenvolvido por Ferreira (2000), a cultura do cooperativismo foi inserida no início do século XX pelos emigrantes europeus. É importante destacar, que independente da cultura europeia, a prática do associativismo também fazia parte da cultura dos povos que viviam aqui, que praticavam ações coletivas com bases colaborativas. Nas cidades proliferaram as cooperativas de consumo e no campo as agrícolas. As cooperativas de consumo serviram para proteger os trabalhadores das crises econômicas e da falta de alimentos que geravam graves problemas de desnutrição, elas perderam a força recentemente pelo predomínio dos grandes hipermercados, já as cooperativas agrícolas transformaram-se em empreendimentos agroindustriais, porém, como estas cooperativas não eram autogestionárias e seus colaboradores eram assalariados, por isso não são considerados como parte da Economia Solidária.

A Economia Solidária ressurgiu no País a partir dos anos 80, como uma alternativa para o desemprego em massa, gerada pela crise social da época, desta

vez com a característica da autogestão. Ferreira (2000) também destaca que neste período, a Cáritas⁵, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, financiou Projetos Alternativos Comunitários, desenvolvidos na forma associativa para gerar trabalho e renda, que se transformaram em unidades de Economia Solidária.

Em 1991 começa uma modalidade de união e solidariedade, com a transformação de empresas falidas em cooperativas, com a autogestão dos seus próprios trabalhadores, com o objetivo de manter seus postos de trabalho. Outra modalidade observada nesta época de acordo com Ferreira (2002) foi o assentamento de milhares de famílias pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em cooperativas agrícolas de forma autogestionária.

Ainda na década de 90, Ferreira (2002) aponta o surgimento das incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares dentro das universidades, atendendo grupos comunitários com a intenção de trabalhar em conjunto para produzir, entidades que constituem uma importante rede dentro movimento nacional de Economia Solidária, sendo filiada desde 1999 com a Fundação Unitrabalho, que presta serviço ao movimento operário. Em 2001, conforme FBES (2013), durante os trabalhos do I Fórum Social Mundial (I FSM), originou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) para atender o apelo da manifestação popular e também para caracterizar e divulgar nacionalmente a Economia Solidária.

A criação do FBES é um marco histórico importantíssimo para o desenvolvimento da Economia Solidária no País. Ele representa as forças políticas da sociedade civil que pressionam o governo para assumir a Economia Solidária como política pública. Atualmente, segundo FBES (2013) a sua organização conta com 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, com mais de 3.000 empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária, trabalhando em seu favor.

Com o movimento realizado pela sociedade civil, o Governo Federal, em 2003 criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que segundo informações do Ministério do Trabalho, na apresentação da SENAES em Brasil

⁵“A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.” (CÁRITAS, 2013).

(2013) é responsável pela implantação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas que visam o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

O marco legal da implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) se deu com o Decreto Lei 4.764 de 24 de junho de 2003, que aprovou a organização administrativa no âmbito do Ministério do Trabalho, incluindo em seu Art. 16 esta secretaria, com a competência de coordenar, articular, planejar e subsidiar as políticas de economia solidária. Posteriormente alterado com o Decreto Lei 5.063 de 3 de maio de 2004.

No ano de 2006, os estados brasileiros organizaram suas próprias conferências para a escolha das/os delegadas/os, bem como definir os objetivos e proposições. Passada esta etapa veio a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), em Brasília, de 26 a 29 de junho daquele mesmo ano. “Na Conferência foram discutidas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas para políticas públicas para a Economia Solidária.” (FBES, 2013).

Em momento de plena expansão do movimento, realizou-se a II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), sediada em Brasília, de 16 a 18 de junho de 2010, “que foi convocada para debater o tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento.” (II CONAES, 2010, p.6). Com o tema deste evento, ganha força a ideia de que a Economia Solidária contribui para o desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade.

Conforme encontramos no documento final da Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES, 2010), no Brasil já existe um Conselho Nacional de Economia Solidária, uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada em 2003, tendo como secretário Paul Singer, economista, professor universitário defensor das ideias socialistas. É considerado um dos maiores pesquisadores desta área. Esta secretaria representou um grande avanço para o incentivo das práticas de Economia Solidária no País, e está ligada ao Ministério do Trabalho e do Emprego.

Nesta Conferência realizada em 2010, o tema central foi “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, com três eixos temáticos:

EIXO I – Avanços, limites e Desafios da Economia Solidária no Atual Contexto Socioeconômico, Político, Cultural e Ambiental Nacional e Internacional; EIXO II – Direito a Formas de Organização Econômica Baseada no Trabalho Associado, na Propriedade Coletiva, na Cooperação, na Autogestão, na Sustentabilidade e na Solidariedade, Como Modelo de Desenvolvimento; e EIXO III – A organização do Sistema Nacional de Economia Solidária.

O presente Documento Final contém os acúmulos construídos coletivamente na II CONAES, em um grande mutirão nacional que deve ser permanente para que suas resoluções possam ser efetivadas em um futuro próximo, reconhecendo a economia solidária como direito dos trabalhadores (as) e como dever do estado em fomentar e apoiar as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão. (II CONAES, 2010, p. 8).

Com os avanços obtidos nesta Conferência, o documento final aponta primeiramente a institucionalização e ampliação das políticas públicas de Economia Solidária, para torná-la permanente o que é fundamental para haver o reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, como sujeitos de direito, a ampliação do conhecimento por acesso à educação e formação também esteve em pauta, devido a sua importância para a organização formal das finanças solidárias. O segundo avanço foi a proposta de criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, com o objetivo de articular as ações do governo com as da sociedade civil, com a integração de políticas para o desenvolvimento sustentável.

Em Santa Catarina, a constituição do Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES) foi em maio de 2000, em Florianópolis. De acordo com os dados do FBES (2013), foi produto de um Grupo de trabalho (GT) da Jornada Catarinense de Economia Popular Solidária, tendo como participantes as entidades estaduais com o firme propósito de “potencializar as experiências de economia solidária carentes de articulação e fortalecimento [...] aproximar pessoas, grupos e entidades no debate de alternativas para superar a exclusão social, política e econômica, fruto do modelo sócio-econômico vigente no país.” (FBES, 2013).

Este grupo de trabalho, segundo FBES (2013) tem a responsabilidade de promover a troca de experiências dentre os empreendimentos e entidades rurais e urbanas em todas as macrorregiões de Santa Catarina: Oeste, Serrana, Norte, Sul, Florianópolis e Vale Itajaí, também organizadas em seus Fóruns Regionais. Na

macrorregião Serrana, segundo Sanchotene (2010) existe o Fórum Regional de Economia Solidária da Serra Catarinense, que está integrado com o Fórum Estadual e o Brasileiro, e conta com a participação de empreendimentos autogestionários, entidades da sociedade civil e de gestores públicos. “O grupo busca incluir a Economia Solidária na agenda política da região, pois enxerga, nela, uma das portas de saída para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas também para aquelas que buscam um modo solidário de viver novas relações de trabalho e produção.” (SANCHOTENE, 2010).

O Ministério do Trabalho, no histórico da SENAES, em Brasil (2013) admite que a expansão da Economia Solidária deu-se com o apoio de entidades às iniciativas associativas comunitárias e de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária. Essa grande mobilização que criou o FBES, com milhares de participantes engajados nesta proposta em todo o território brasileiro, que nos últimos anos vem crescendo com o apoio de governos municipais e estaduais, que contribuem para o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária.

O Ministério do Trabalho, na especificação do que é Economia Solidária em Brasil (2013), descreve que esta compreende no conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão com as seguintes características: a) Cooperação: é a organização coletiva com esforços dos participantes por interesses e objetivos comuns, onde a propriedade dos bens é coletiva, os resultados desta união são divididos igualmente e a responsabilidade é solidária; b) Autogestão: está relacionada diretamente com a forma de administrar o empreendimento com a participação de todos os integrantes como verdadeiros sujeitos da ação, em todas as estratégias de trabalho, coordenação e decisões relacionadas com o empreendimento; c) Dimensão Econômica: os participantes unem seus recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, com a finalidade de viabilizar economicamente a sua atividade, para que esta seja eficaz e efetiva, que respeita a cultura, o ambiente e a sociedade; d) Solidariedade: é encontrada pela justa distribuição dos resultados alcançados; pela oportunidade de melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável do seu território, e também onde este está inserido; nas relações com a sociedade e os outros movimentos sociais

emancipatórios; no respeito pelo trabalho de todos; no interesse pelo bem estar dos trabalhadores e consumidores.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários, para o Ministério do Trabalho, em Brasil (2013), estão organizados coletivamente em diversas formas. Em geral são associações, cooperativas, grupos de produção, clubes de trocas, onde os participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que autogestionam suas atividades bem como a alocação de recursos e resultados. Elas podem ter ou não em registro legal, o que prevalece é a existência real ou a vida regular da organização. As atividades econômicas também são diversas, desde a produção de bens, prestação de serviços, gestão de fundos de crédito, comércio e consumo solidário. “São milhares de empreendimentos como esses, em todo o país, produzindo, vendendo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda.” (BRASIL, 2013)

O conceito de Economia Solidária ainda está distante da sociedade, pois a estrutura supra-apresentada não é de conhecimento da maior parcela da sociedade. Mas ela existe como política pública, logo, é de interesse geral da comunidade o seu desenvolvimento. Por este motivo é importante raciocinar sobre o ato de pensar e questionar, as suas amplitudes, em que esta atividade implica para a quebra de paradigmas presentes na formação econômica da sociedade, pois se constata a tendência de não se procurar respostas para os atos produzidos diariamente, sem medir as reais consequências e muito menos tendo a certeza se é aquele resultado que se espera.

A afirmação sobre a distância do conceito de Economia Solidária da sociedade vem da sua própria origem, para Mészáros (2005, p.30) Robert Owen denunciou a busca do lucro e o poder do dinheiro, admitindo os erros do sistema atual, onde a cura para esta prática está na razão e no esclarecimento. Mas o problema do seu discurso esbarra no conformismo com os debilitantes limites do capital, propondo uma reconciliação de uma utopia liberal com as regras estruturais incorrigíveis do sistema do capital, e também por esperar que a sociedade saia do erro e da ignorância, sugerindo a adoção de procedimentos do tipo passo a passo como método educacional, uma concepção reducionista, pois não conscientiza a sociedade, apenas treina. Por isso a Economia Solidária torna-se uma estratégia par ao enfrentamento de um problema de origem histórica para se desenvolver dentro da possibilidade real de conscientização e transformação do sistema econômico e

social, e não simplesmente pela sobrevivência no sistema do capital.

Arruda (2002) tem uma visão macro da Economia Solidária. Em sua concepção ela é uma alternativa global que está a serviço de toda a sociedade, independentemente de classes sociais, setor econômico, localização ou ainda da nomenclatura utilizada; o que interessa é a convergência dos princípios. Ele convoca o mundo inteiro e todas as tendências socioeconômicas solidárias para partilhar deste outro modo de vida, onde o bem estar do indivíduo está acima de tudo. “Temos que falar em socioeconomia para identificar uma economia que tem por objetivo o bem-viver e o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade e, portanto, não é capitalista.” (ARRUDA, 2002, p. 53).

Para analisar os fenômenos sociais, como ao que propomos aqui, Santos (1987, p. 20) parte do princípio de que todo o conhecimento que se adquire sobre eles modifica o comportamento dos sujeitos, pois o cientista social, durante o ato da observação, não se desvincula de valores que informam sua prática. São esses traços que conduzem para a afirmação de que o paradigma dominante do sistema do capital está em crise.

A crise do paradigma dominante é o resultado interativo de uma pluralidade de condições. Distingo entre condições sociais e condições teóricas. Darei mais atenção às condições teóricas e por elas começo. A primeira observação, que não é trivial quanto parece, é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda. (SANTOS, 1987, p. 24).

Surge então a necessidade de complementar o conhecer das coisas, com o conhecer de nós mesmos, que abrange segundo Santos (1987), um saber que vai analisar as condições sociais, culturais e organizacionais da pesquisa científica, ou seja, de um paradigma emergente, “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente.” (SANTOS, 1997, p. 37).

Singer (2002) encontra na Economia Solidária uma alternativa superior ao capitalismo, não somente em termos econômicos, mas em uma vida melhor, o que significa estar de bem com sua vida profissional e social. A proposta consiste em uma nova relação econômica para uma prática libertadora, pois as pessoas tem a satisfação de escolher suas atividades.

Questionar o capitalismo e apresentar outra forma de organização

socioeconômica é uma necessidade urgente para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, pois segundo Frigotto (2010, p. 25) o sistema capitalista traz em seu histórico o desenvolvimento desigual e combinado, esta revelação surge ao explicar a subordinação da burguesia brasileira aos centros hegemônicos do capital, sendo este o motivo pelo qual é combinado, sendo desigual devido à super-exploração do trabalhador e a concentração da renda, fazendo com que o Brasil esteja em profunda dependência e a serviço dos interesses do capitalismo hegemônico dos grandes centros.

Frigotto (2010, p. 26) faz um balanço das tendências políticas das últimas três décadas no Brasil, partindo do fato de que as forças políticas que derrotaram a ditadura de 1964 eram liberais sociais, socialistas e comunistas, ou seja, contra hegemônicas. Passou pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que se firmou no projeto monetarista fiscal, com privatizações do patrimônio público e tornou o Brasil uma plataforma do capital especulativo, tendo como causa a desestrutura do Estado. Mesmo após oito anos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), eleito pela base social e popular, não houve mudanças estruturais no projeto dominante da classe burguesa, o que solidifica apenas o projeto de desenvolvimento conservador, que fragmentou as forças de esquerda e causou a desestrutura da sociedade.

Dentro da teoria econômica existem muitos elementos que remetem para a Economia Solidária, importantes para extrair conceitos úteis para diferenciar a Economia Solidária da economia capitalista. A economia é uma ciência social que estuda a produção, a distribuição e o consumo dos bens e serviços, ações que tem relações diretas com o comportamento humano diante do ato de decidir.

À semelhança do que ocorre com os demais ramos das ciências sociais, não se pode considerar a economia como fechada em torno de si mesma. Pelas explicações da ação econômica sobre outros aspectos da vida humana, o estudo da economia implica a abertura de suas fronteiras às demais áreas das ciências humanas. Esta abertura se dá em dupla direção, assumindo assim caráter biunívoco. De um lado, porque a economia busca alicerçar seus próprios conceitos e modelos teóricos não apenas na sua própria coerência, consistência e aderência à realidade, mas ainda nos desenvolvimentos dos demais campos do conhecimento social. De outro lado, porque pode influir no questionamento dos princípios e das aquisições conceituais desses mesmos campos. E vai ainda além, abrindo suas fronteiras à filosofia e à ética; à história e às diferentes manifestações da religião; à tecnologia e aos variados ramos que atualmente se ocupam do estudo do meio ambiente. (ROSSETTI, 2002 p.31)

Sob a ótica de Rossetti (2002, p. 33) estão condicionados pelas ações, relações e comportamento econômico, fatores como: formação cultural da sociedade, organização política da sociedade, condições limitativas do meio ambiente, padrões das conquistas tecnológicas, estruturação da ordem jurídica e modelos de relacionamento social.

Os estudos econômicos através da Teoria do Ciclo de Vida do Consumo e da Poupança ajudam a decifrar o quebra-cabeça do consumo, que segundo Dornbusch e Fischer (2006, p. 305), está no entendimento do comportamento do consumo dos indivíduos em relação a sua renda. “A hipótese do ciclo de vida, ao contrário, focaliza indivíduos, planejando seu comportamento de consumo e poupança no decorrer de longos períodos com a intenção de alocar seu consumo da melhor maneira possível por toda a sua vida.” (DONBUSCH; FISCHER, 2006, p. 305).

No mercado de bens e produtos do sistema capitalista, as pessoas demandam cada vez mais por produtos elaborados. O que era considerado supérfluo no passado, hoje é considerado de extrema necessidade, induzindo as pessoas ao consumo sem limites. Por isso é importante conhecer o processo de criação de necessidades pelos indivíduos. Gil (2001, p. 205), explica este processo através da teoria das necessidades de Maslow, que define uma escala de necessidades e à medida que as pessoas suprem um nível, passam a almejar um novo nível.

No primeiro nível vêm às necessidades fisiológicas são as básicas para a manutenção da vida. Em segundo estão as necessidades de segurança, referentes à manutenção, principalmente do emprego e da propriedade. O terceiro nível é o das necessidades sociais de se relacionar com os outros, de participar de vários grupos e de serem aceitas por estes. Uma vez satisfeitas às necessidades sociais, as pessoas passam a desejar mais do que participar de um grupo. Passam a querer estima, tanto em termos de amor próprio quanto de reconhecimento pelos outros. Após a satisfação das necessidades de estima surgem as necessidades de autorrealização, que se referem à realização do máximo potencial individual.

A introdução da Economia Solidária dentro das escalas de necessidades tem a capacidade de suprir as necessidades dos indivíduos, já a partir do terceiro nível, pois assim que os indivíduos têm suas necessidades fisiológicas e de segurança satisfeitas, passam a ter necessidade de viver em sociedade. Assim, a Economia

Solidária pode ser uma alternativa para alcançar as necessidades de vida em grupo, estima e autorrealização.

Quando o assunto é economia e desenvolvimento no conjunto de produzir, consumir e gerar renda, logo se pensa na tecnologia aplicada para este processo. Neste aspecto Dagnino (2013) chama a atenção para a necessidade de sair da tecnologia convencional capitalista, segmentada, poupadora de mão de obra, ambientalmente insustentável e responsável pela exclusão social, para uma tecnologia social orientada pela geração de trabalho e renda, através da produção autogestionária, realizada por empreendimentos solidários, o que permite a inclusão social dos indivíduos por meios de produção que não sejam alienados.

A aplicação dos meios tecnológicos para o desenvolvimento é fundamental, bem como significar o contexto do desenvolvimento em consonância com a Economia Solidária, segundo Veiga (2005, p.17) pode-se pensar em três tipos de desenvolvimento: 1) como sinônimo de crescimento, medido pelos indicadores tradicionais da contabilidade social, como Produto Interno Bruto *per capita*, Renda Nacional *per capita*, Formação Bruta de Capital Fixo, etc, ou ainda pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; 2) ilusão ou mito, desenvolvimento como sinônimo de riqueza, o que inclui a combinação de bem-estar e poder; 3) o desenvolvimento como possibilidade e oportunidade para a pessoa viver o tipo de vida por ela escolhido.

Arruda (2002) tem uma ideia de desenvolvimento abrangente, onde o fundamental “é aprender a viver, é aprender a ser dono de si próprio, do seu caminho e da sua caminhada, como pessoa e como coletividade. Passei a ver o desenvolvimento como o desafio de fazer desabrocharem os potenciais de cada pessoa, comunidade e nação.” (p. 50).

Ao analisar as concepções de desenvolvimento aí expostas, verifica-se que o conceito de desenvolvimento caminha para além da simples comparação de índices que medem o crescimento econômico e da ótica ilusória de que desenvolvimento é uma combinação de riqueza e poder. O significado de desenvolvimento dentro da compreensão da Economia Solidária está diretamente relacionado com a possibilidade de escolher outro modo de produção que não o capitalista. A Economia Solidária e a Educação do Campo vem da oportunidade de valorizar a capacidade, habilidade e aptidão encontrados em cada pessoa ou núcleo social, “[...] é preciso reiterar que desenvolvimento não se confunde com

crescimento econômico, mas nele deve estar contido um projeto social, onde ganham as gerações presentes e futuras, é nesta perspectiva que deve ser pensado e planejado o atual desenvolvimento [...]” (LOCKS, 2010, p. 12).

Esse conceito de desenvolvimento como possibilidade e oportunidade para a pessoa viver o tipo de vida por ela escolhido, Veiga (2005, p.81) apoia-se nas teorias de Ignacy Sachs, convencido de que o desenvolvimento permite aos indivíduos revelar suas capacidades, talentos e imaginações na busca da autorrealização, com esforços coletivos e individuais. E por ser assim, é um conceito que respeita a cultura, os desejos e os limites das pessoas.

Ao trazer este conceito de desenvolvimento para o campo na abrangência do Estado de Santa Catarina, percebe-se que o cenário apresentado encontra-se em tempos de disputa por duas propostas, a exemplo do que se pode identificar na Serra Catarinense: o agronegócio e a agricultura familiar, na visão de Locks (2010, p. 9-12), a situação acentua-se a partir de 1970, com o incentivo do governo às ações de reflorestamentos. O autor faz apontamentos importantes sobre cada proposta, sendo que a primeira tem sua origem no sistema hegemônico do capital, que provoca certa confusão com desenvolvimento do campo e representa o sucesso. A segunda vem com uma proposta que considera o desenvolvimento sustentável para o campo, que oferece novas oportunidades para as famílias envolvidas continuar produzindo a partir da terra onde vivem, com o horizonte da agroecologia que vem como suporte para a segurança alimentar, o agro e ecoturismo que permite valorizar a paisagem e as atividades do meio rural, além de equacionar a questão da distribuição da população rural e urbana.

Como já vimos anteriormente o contexto da economia do campo na Serra Catarinense esta se moldando para o agronegócio, sendo caracterizada pela expressão do capitalismo no campo. Dentre os problemas gerados por essa ocorrência podemos perceber o abandono do campo, com a evasão dos jovens, que migram para a cidade em busca da sobrevivência. Com as pequenas propriedades sendo incorporadas pelos latifúndios, acaba modificando a estrutura social e também restringindo o acesso a terra para as famílias.

Mas mesmo com este cenário, agricultura familiar vem se fortalecendo a partir de 1990, quando esta passou a fazer parte das políticas públicas do governo segundo Locks (2010, p.10-11), mas ela ainda enfrenta muitos problemas, além dos empecilhos gerados pelos latifúndios, a necessidade da distribuição justa da terra na

região, descapitalização dos pequenos agricultores, falta de formação técnico-agrícola, inserção no mercado, incluindo os problemas oriundos da própria estrutura social das comunidades rurais, como a sucessão da terra e das atividades agrícolas, uma vez que a juventude cada vez mais abandona o campo.

As constantes mudanças tecnológicas do mundo moderno, provocadas pelo sistema do capital, têm reflexos tanto no campo econômico quanto no campo social. Porém, observa-se que a sociedade não foi e nem está preparada para absorver estas mudanças, de forma a não abandonar sua cultura ou até mesmo a sua própria vida.

O balanço de dois séculos de capitalismo mostra-nos toda a sua irracionalidade, com a apropriação privada do avanço científico e tecnológico como forma de gerar mais capital. A terra e o desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia, apropriados privadamente e colocados a serviço da expansão do capital, voltam-se contra a classe trabalhadora e seus filhos e se afirmam dentro de uma lógica destrutiva. Além disso, ocorre a aniquilação de direitos e das bases da vida, mediante a agressão ao meio ambiente. Disso resulta uma contradição insanável que se evidencia pelo aumento da miséria e da fome, pela volta das epidemias, pela indigência e pelo aumento da violência e do extermínio dos pobres. (FRIGOTTO, 2012, p. 269)

Quando o assunto é desenvolvimento do campo, na visão tradicional voltada para a ótica do crescimento econômico, é possível perceber uma forte associação deste desenvolvimento com agronegócio. E essa relação justifica-se com a afirmação “de que a concepção hegemônica de ensino superior em Ciências Agrárias é orientada pelo modelo de desenvolvimento rural do agronegócio.” (MICHELOTTI, 2012, p. 681). O autor ainda aponta que esse fato leva os estudantes ao desconhecimento da realidade do campo, pois o foco dos ensinamentos está na modernização das propriedades, fazendo com que elas se tornem verdadeiras indústrias para produzir em larga escala, o que incentiva a monocultura e faz com que esta seja a única alternativa possível para a profissão e para os sujeitos do campo.

Ao problematizar a formação em Ciências Agrárias, Michelotti (2012, p. 682) percebe que para superar a hegemonia da formação agrária dedicada ao agronegócio, tem-se a necessidade de quebrar os vínculos com a tecnologia industrialista que está sendo aplicada na agricultura, bem como a aproximação da academia com os sujeitos do campo, que considera uma produção legítima do conhecimento, pois a falta desta ligação provoca um desperdício de conhecimento.

Para Santos (2006), o mundo desperdiça experiências, uma vez que a

sociedade exclui os considerados ignorantes, improdutivos, e inferiores. Mas essa é a ótica do processo de produção capitalista, onde para ser considerado produtivo o sujeito é avaliado pelo seu rendimento, significa que o retorno do seu trabalho supera o seu custo propriamente dito. “Grandes projetos, implantações de grandes empresas, já mostram que o benefício social tem endereço curto, privilegiando empresários e um número diminuído de trabalhadores cuja mão de obra exigida é super especializada.” (LOCKS, 2010, p. 12). Assim a sobrevivência das populações do campo fica ameaçada. A tendência para a formalidade na perspectiva utilitarista, para Mészáros (2009, p.31-37) traz justamente o problema do reducionismo das qualidades humanas atribuindo a elas, quantidades abstratas com a finalidade de mensurar o capital humano igualando o trabalho como mercadoria, essa é a forma igualitária do capitalismo que favorece a dominação e subordinação no modo de produção. Assim observam-se inversões das práticas da formalidade em relação ao discurso ideológico, pois a habilidade que emerge de um sistema socioeconômico hegemônico exhibe a sensação de liberdade ideológica sem perder o controle da massa.

Para sair do individualismo e humanizar a divisão do trabalho, Marx e Engels (1986, p. 42-43) sugerem uma nova opção de produção da vida pessoal e industrial através da união dos homens, pois a produção da vida tem relações naturais e sociais, das relações sociais surge à cooperação. Neste sentido em um determinado modo de produção ou fase industrial, só é possível sua realização através de atos de cooperação, ou seja, caracteriza a fase social do processo, logo a cooperação é uma força produtiva, que se dá na geração da vida pessoal, profissional e do outro. Para por em prática essa produção o homem se utiliza de uma ferramenta chamada linguagem, que é a consciência real que conduz para a materialização das ideias. A linguagem também é uma consequência da carência de intercâmbio com outros homens e assim o ser humano torna-se produtivo e social.

Santos (2006) estuda alternativas para sair da hegemonia do capitalismo global. Para isso ele encontra em países como África do Sul, Moçambique, Brasil, Índia, Colômbia e Portugal, determinados fatores como: movimentos de uma democracia participativa, sistemas de produção alternativos ao direito de propriedade, cidadania cultural e Economia Solidária, que contribuem para a reflexão do estudo das ausências e emergências sociais, pois, para Santos (2006), os conceitos são construídos longe da hegemonia internacional, ou ocidental, de

produção da ciência social.

Sendo assim, Santos (2006) realizou cruzamentos entre tradições metodológicas, e ainda da interação de cultura com conhecimento, onde os movimentos e lutas sociais são vistos pelo autor como uma alternativa viável ao capitalismo. Uma crítica ao modelo ocidental que abandona a razão indolente⁶ e parte para uma razão cosmopolita⁷ embasada em três procedimentos sociológicos: sociologia das ausências, sociologia das emergências e trabalho de tradução.

Para desconstruir a hegemonia do mundo global diante da razão indolente, a sociologia das ausências vem com a proposta de respeitar as diferentes culturas e encontrar conhecimento junto aqueles considerados inferiores, improdutivos e ignorantes, ao reconhecer a importância da transmissão de saberes e de conteúdos culturais por parte de uma parcela da população que é excluída pela imposição da ocidentalização, em busca do desenvolvimento na perspectiva de viver com a possibilidade de escolher e planejar o seu destino.

Outra questão levantada por Mészáros (2009, p.31-37) é a racionalidade da formalidade que se torna irracional e contraditório por violar regras básicas da razão, onde faz do capital o único meio de produção, monopoliza a terra e tem no trabalho assalariado a subordinação do indivíduo ao capital. Para Gorz (2007, p. 126-128) o capitalismo encontra na racionalidade econômica o principal ponto para a tomada de decisões, utiliza a “objetividade do cálculo como critério de julgamento”, e vem para substituir o juízo de valor, deste ato resta uma ação livre e individualista, que tem a capacidade de atender somente as necessidades na esfera individual e sendo incapaz de observar a responsabilidade que esta decisão tem com a coletividade, pois cada empreendedor tem interesse em maximizar seus lucros, para isso utiliza-se dos cálculos econômicos para tomar certas iniciativas.

A partir da razão econômica Gorz (op.cit, p.129) faz reflexões sobre a inserção da economia no contexto da sociedade e vice-versa, pois dentro do enfoque capitalista um país ou um grupo de países é chamado de economia, sendo a sociedade um elemento isolado, contido neste conjunto. Então os desafios

⁶ Razão indolente no conceito de Santos (2006) é um modelo ocidentalizado da racionalidade da sociedade, caracterizado pela fragmentação, uma vez que isola as partes do todo para tirar as conclusões, pela arrogância pois faz toda uma sociedade acreditar que esta é o único modelo existente de sociedade, e de sensação de liberdade de escolha, e ainda pelo conformismo com a ideia de que nada pode ser feito para modificar o modelo, além de fazer a humanidade abandonar o presente e viver em função do futuro.

⁷ Razão cosmopolita segundo Santos (2006) é a saída para a razão indolente, com a expansão do presente e contração do futuro, assim haverá tempo para conhecer e reconhecer a importância de todas as experiências da sociedade, a fim de evitar o desperdício do conhecimento.

políticos passam a ser a inserção da sociedade na economia. A razão econômica tende a mercantilizar todas as atividades realizadas pela sociedade, porém aí há um limite, tem atividades que não são vendáveis, porém, são fundamentais para a sociedade, como por exemplo, o trabalho materno, trabalho doméstico, as quais são incompatíveis com esta racionalidade.

Já a razão que está inerente aos empreendimentos de Economia Solidária supera a razão econômica que só é possível em escalas individuais, é a razão em escala social, onde capital e trabalho são vinculados às mesmas pessoas, sendo inaceitável a ideia de que a conformidade econômica possa estar acima das pessoas. “(...) a solidariedade vivida no interior dos empreendimentos externaliza-se, com chances consideráveis de transferir os princípios já internalizados, de tolerância, confiança e cooperação para as condutas no espaço público. Nesse sentido, a economia solidária seria praticante e difusora de uma solidariedade de estilo democrático.” (GAIGER, 2008, p. 14).

Visto que a Economia Solidária está contemplada na teoria de muitos pensadores, como meio alternativo de economia possível para uma sociedade independente, ao aproximar esta prática com um conceito de desenvolvimento do campo pertinente à realidade do campesinato, foi identificada a influência direta da formação agrária voltada para o agronegócio. Esta por sua vez está a serviço do sistema hegemônico do capital que vem para desestruturar esta importante organização social presente no campo.

O encontro com o problema da especialização agrária, no contexto da Educação do Campo surge com a busca por conceitos que expliquem o termo desenvolvimento do campo, que em certos momentos levam-nos a confundir com o desempenho do agronegócio, ou seja, desenvolvimento que acontece no campo e não do campo, um desenvolvimento marcado pela transformação das pequenas propriedades em latifúndios com predomínio da monocultura.

O que se observa na aplicação do agronegócio a partir de sua especialização, é que este acontece com iniciativa de empreendedores que são deslocados do campo onde se situam as propriedades. Nesta via o desenvolvimento vem para o campo, mas desconsidera as atividades já existentes naquele campo, que também teriam potencial para proporcionar desenvolvimento, como a experiência da agricultura familiar.

Michelotti (2012) estudou a importância do Programa de Residência Agrária

em nível de especialização, incorporado pelo PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. A expectativa com a especialização é gerar conhecimento e o desenvolvimento do campo a partir da vivência direta no campesinato, dos estudantes e professores.

Ao fazer um paralelo entre desenvolvimento do campo e Educação do Campo, com o que diz Munarim (2010) no artigo Verbetes: Educação do Campo:

[...] as lutas por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, preconizam uma educação que seja no campo e do campo. 'No campo', porque o povo tem direito de ser educado onde vive; 'do campo', porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Trata-se, portanto, de uma educação dos e não para os sujeitos do campo, que combine pedagogias de forma a fazer uma educação que forme e cultive identidades, auto-estima, valores, memórias, saberes, sabedoria. (MUNARIM, 2010, p. 19).

Com este verbete, tem-se a indicação da importância de se pensar em desenvolvimento do campo também a partir da população do campo, para que sejam garantidos os direitos de participação e preservação dos aspectos culturais, sociais e produtivos ali presentes, com práticas que levem à autonomia e não à imposição.

Em síntese, o que se observou até aqui, ao contextualizar sobre o conjunto formado por Economia Solidária e Educação do Campo, ao articular duas políticas públicas, ou a interface de duas práticas sociais, verifica-se que este conjunto tem potencial para o desenvolvimento do campo. Primeiramente vimos o crescente avanço do sistema do capital em todos os ambientes, inclusive no campo, hegemonicamente tomado pelo modelo do agronegócio. Contudo, a agricultura familiar por suas características mostra-se como uma atividade muito mais coerente com o desenvolvimento sustentável e solidário no campo. Segundo, em contraposição, a Economia Solidária que compõe uma importante política pública apresenta-se como outra forma de organização produtiva, que merece ser fortalecida e promovida tendo em vista o desenvolvimento sustentável e solidário do campo.

A Educação do Campo pensa a educação desde a particularidade dos sujeitos que vivem do trabalho do campo, sua realidade, suas relações sociais. Reconhece a especificidade dos processos produtivos, do trabalho, das formas organizativas, das lutas sociais, dos processos culturais do campo e defende que se pense as práticas educativas no seu vínculo com estes processos. (CALDART, 2010, p. 20).

A seguir refletimos sobre as relações da Economia Solidária com a Educação do Campo, cujos sujeitos protagonistas são aqueles que vivem e trabalham no campo. Em um breve histórico sobre o início e estabelecimento da Educação do Campo no Brasil, trazemos Caldart (2012), que identifica o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como seu precursor, dentro do propósito de melhorar as condições educacionais em locais de Reforma Agrária, incentivou a iniciativa caracterizada pela luta dos direitos por educação no conjunto dos seus trabalhadores, que está intuitivamente dentro dos princípios da Economia Solidária, esta é a primeira relação.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: SUAS RELAÇÕES ENQUANTO POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo tem por objetivo identificar as relações da Economia Solidária com a Educação do Campo enquanto políticas públicas, pressupondo a articulação das duas políticas como práticas sociais educativas existentes no Brasil. Busca se atrelar os valores e princípios da Economia Solidária, com os elementos das diretrizes e origens que consolidando o conceito e a prática da Educação do Campo na perspectiva da autonomia dos sujeitos.

A partir do conceito de política pública delineado na introdução deste trabalho, é que se pretende identificar essas relações. Por isso é importante refletir sobre a construção das políticas públicas desde sua elaboração até a operacionalização, nesta linha de pensamento Boneti (2007, p. 72) lembra que: “As políticas públicas, ao longo de seus percursos, são contaminadas por interesses, inocências e sabedorias”. O percurso se inicia dentro do contexto social, passa pelas relações de poder de organizações econômicas, políticas e estatais. E nesta passagem, ao retornar para a sociedade, a política pública elaborada pode estar dedicada ao atendimento de interesses isolados, e não do conjunto da sociedade civil a que se destina. Mas há que se considerar o caráter classista e também o segmento socioeconômico de cada política pública para compreender que não é possível beneficiar toda a sociedade com uma determinada política pública, porém é necessário manter o foco no contexto social.

É na prática dos coletivos consolidados historicamente e daqueles que se organizam no momento presente que a Educação do Campo ganha força. É muito mais que educação escolar o que está em questão: é a vida na terra; é o aprendizado da política; é a experiência coletiva que mostra que a formação humana é necessária e viável; é a intensificação das lutas sociais e políticas na construção de um projeto político em que o bem comum é definido pela comunidade e não pelos estrategistas governamentais. (SOUZA, 2010, p. 81)

A concepção, princípios e valores da Educação do Campo surgem em 1997 com os preparativos para I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que aconteceu em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, mas passou a ser denominada Educação do Campo, no Seminário Nacional, em Brasília,

novembro de 2002, sendo reafirmada em 2004 na II Conferência Nacional, novamente em Luziânia.

Em agosto de 2010, foi constituído o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC, 2010), conforme a carta de sua criação, o Fórum tem a característica de articular os sujeitos desta coletividade, dentro do princípio da autonomia se institui como política pública, com o firme propósito de impedir o fechamento das escolas do campo existentes e ampliar estas instituições pelo país, ser oposto ao agronegócio, bem como defender os movimentos sociais. Neste sentido, Caldart (2012) destaca a Educação do Campo como prática social, caracterizada pela luta por acesso a educação, combinada com políticas públicas abrangentes e movimentos sociais de trabalhadores.

De 2004 até hoje, as práticas de educação do campo têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituoso, das relações imbricadas entre campo, educação e políticas públicas. Houve avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção político-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação das diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de forças de cada momento. O enfrentamento das políticas neoliberais para a educação e para a agricultura continua como desafio de sobrevivência. (CALDART, 2012, p. 260).

Ao descrever sobre a história da construção da Educação do Campo, Caldart (2010) faz revelações importantes sobre a sua existência, inicia com a lembrança de que as pessoas têm muito mais valor que a simples produção para a lógica do negócio, pois foi firmada justamente para combater essa lógica que condena as famílias ao êxodo. E quando Caldart (2012) cita a prática pedagógica de uma Educação do Campo projetada para o futuro, ela nos diz que a sua essência consiste na recuperação da formação humana voltada para a construção de novos padrões de relações sociais e formas de produção com trabalho livre e associado.

Com isso, os princípios e valores da Economia Solidária, enquanto temática a ser incorporada no projeto político pedagógico, pode ser traduzida nas práticas diárias do desenvolvimento da Educação do Campo como um todo e preparar os seus sujeitos para saber pensar a Economia Solidária.

Demo (2010) descreve o que não é saber pensar, e faz um paralelo interessante ao vincular a educação com o neoliberalismo, que faz da educação um produto de grande utilidade, mas não na forma de ensinar a pensar, mas sim uma educação com foco para o trabalho, ou seja, simplesmente mão de obra específica

para a realização de uma determinada atividade produtiva e não para a formação com a finalidade de cidadania. Este ato não é saber pensar, pois esta habilidade é simplesmente implantada unilateralmente.

Para enriquecer essa importância de associar a educação ao trabalho consciente, em “Conscientização: Teoria e Prática da Libertação”, Paulo Freire traz à luz da consciência as questões relacionadas com a política, educação e liberdade, que são fundamentais para a Economia Solidária.

O pensamento de Paulo Freire nesta obra sempre estimulou a participação ativa dos indivíduos nos processos culturais, sociais, políticos e econômicos, pois somente com a melhoria destes processos, na base da educação, onde educador e educando tem condições de se libertar mutuamente, que o indivíduo é capaz de superar a dominação para ser um indivíduo consciente, com a prática de uma educação que liberta. Este conceito também enfatiza a capacidade que o sujeito tem de descobrir a si mesmo e os outros a partir desta realidade, constrói relações sociais e reconhece sua relação com o tempo: passado, presente e futuro, exigindo que seja posto em prática o posicionamento desafiador histórico-crítico.

Ao descrever a práxis da libertação, Freire (1980) enuncia três palavras-chaves: Opressão, dependência e marginalidade. Em relação à opressão o autor afirma com inteligência, que só os oprimidos são capazes de libertar também os seus opressores quando se libertam a si mesmos, pois o opressor não conseguirá fazê-lo devido a sua individualidade e por acreditar em sua própria falsa generosidade.

Quando Freire (1980) referencia a dependência, faz um paralelo desta com a cultura do silêncio, ou seja, a voz que se faz ouvir não é autêntica, é de uma minoria dominante, e o silêncio por si só já é uma forma de prisão. A marginalidade não é definida se uma forma reducionista, como de um ser fora de, mas é vista como um ser no interior de, pois estão oprimidos no interior desta estrutura desumanizante. Para conduzir a educação às práticas de liberdade, abre espaço para a pedagogia do oprimido, não para ele, mas que ela saia dele.

Nesta mesma perspectiva libertadora de Freire, suas preocupações com conscientização e com novas relações pedagógicas, como parte dos objetivos desta pesquisa é a reflexão acerca da indissociabilidade das dimensões educação e trabalho. István Mészáros, em A Educação Para Além do Capital, trás à tona o problema da educação que se transformou em uma mercadoria, onde a sociedade

se conforma apenas em transferência de conhecimento, uma educação bancária como diz Freire.

A solução, para Mészáros (2005), está em uma sociedade onde a educação está para além do capital, que busca a liberdade e autonomia humana rompendo com os princípios do capitalismo neoliberal presente na sociedade contemporânea. Esta tarefa de superar essa alienação cabe à educação e só será possível com uma intensa revolução cultural. Nesta pesquisa, parte-se da pressuposição de que a grande mudança que devem ocorrer no campo pode estar na concretude das políticas públicas materializadas na Economia Solidária e Educação do Campo, caminho para a emancipação dos povos do campo.

Mészáros considera que romper a lógica do capital na educação é uma tarefa histórica, e é muito mais que simplesmente negar o capitalismo. Vale ser concreto e abrangente, com implicações em transformações qualitativas de reprodução da sociedade, que ocorrem simultaneamente com ênfase na conquista do próprio capital e da sustentabilidade metabólica social, que vai formar produtores livremente associados.

A sustentabilidade equivale ao controle consciente do processo de reprodução metabólica social por parte de produtores livremente associados, em contraste com a insustentável e estruturalmente estabelecida característica de adversários e a destrutibilidade fundamental da ordem reprodutiva do capital. (MÉSZÁROS, 2005, p. 72).

O pior defeito do sistema do capital é a imposição e personificação do capital. Na visão de Mészáros (2005) esse sistema também não sobreviveria sem a participação do Estado e sem a submissão do trabalho ao capital. A imposição acontece mesmo durante processos de mediação, considerados na melhor forma do direito, pois essa mediação é alienada. É com esse olhar que a educação tem a tarefa de tornar a sociedade, ampla e emancipadora, de modo conjunto, ativo, simultâneo e constante.

Ao discutir sobre a Educação do Campo e Economia Solidária, é interessante partir do pressuposto sugerido por Gohn (2010), de que práticas de associações coletivas e livres também produzem conhecimento, portanto são educativas. Tanto na Educação do Campo como na Economia Solidária, observa-se o movimento social que está intrínseco nestes, pois há uma participação importante da comunidade que supre as necessidades locais não alcançadas pela educação

formal, que se auto-organiza e dissemina essas práticas do entorno da escola através do educador social.

Quando Gohn (2010) aborda a educação não formal e sua influência no universo das práticas educativas lembra que: “Articular a educação com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, com a comunidade educativa, é um sonho, uma utopia e uma demanda da sociedade atual.” (p. 15), e Mészáros (2005) também concorda com esta necessidade de uma grande revolução cultural para modificar a maneira de viver.

A educação não formal na teoria de Gohn (2010) se apresenta dentro de um campo próprio que tem a intencionalidade de emancipar os indivíduos e formá-los para a vida, tendo como dimensões: a aprendizagem para a cidadania, trabalho, desenvolvimento de potencialidades e habilidades em oficinas e laboratório. Faz uma verdadeira associação entre educação e trabalho, a fim de preparar os cidadãos no enfrentamento dos problemas do mundo, bem como compreender o que está acontecendo no mundo como um todo a partir da leitura do está ao seu redor.

Já os estudos de Santos (2006) conduzem para conclusões surpreendentes. Primeiramente diz que a experiência social é mais significativa que a tradição científica. Segundo, a riqueza social está em desperdício. Em terceiro, para reduzir o desperdício das experiências sociais é necessário um novo modelo de racionalidade, que seja contra hegemônico.

Peixer (2010, p. 16) traz preocupações semelhantes quando reflete sobre as dimensões e estratégias pertinentes para a Educação do Campo, no contexto social bem como a importância das escolas no meio rural.

Estrategicamente recoloca a escola como um ponto/espço de articulação da comunidade, e que pensar sobre ela, vai além do prédio em si, ou de uma pura questão técnica de número de alunos x custos, mas implica em pensar, no futuro da comunidade, ou seja, no modelo societal. A escola pode representar esse modelo de oscilação entre o local e o global, espaço articulador e de resignificação das práticas sociais. (PEIXER, p. 16, 2010).

Por isso, a Economia Solidária e a Educação do Campo podem representar um novo significado para o contexto do campo e seu desenvolvimento. Ao associar a prática da educação com trabalho, transferem-se as experiências vividas pelos trabalhadores para o ambiente escolar, sem deixar de considerar a sua integração

com o futuro e com o meio global, onde o limite das oscilações existentes é o respeito e a sustentabilidade. Educação com trabalho aproxima a humanidade da realidade, e trabalho com educação liberta a humanidade.

A Economia Solidária, no contexto da educação, pode estar presente em todas as atividades do ambiente escolar, que acontece ao praticar os seus princípios no ato de educar para cooperação, solidariedade e autonomia, como outra condição de relação social e econômica. “Refere-se a trabalhos de desenvolvimento de novos valores, recuperação de autoestima, desenvolvimento de práticas apresentadas como solidárias, cidadãs etc.” (GOHN, 2010, p.27) assim a autora dá um novo significado para a educação comunitária, a fim de provocar uma reação positiva em um contexto negativo da sociedade, seja ele de pobreza ou vulnerabilidade.

Trazer a educação comunitária quando tratamos de articular a Economia Solidária e a Educação do Campo, é importante para refletir sobre a educação no contexto da comunidade e a economia solidária no contexto da escola, percorrer este caminho significa a provocação de um fenômeno educacional que tem origem na cooperação entre escola e comunidade. A escola pode proporcionar condições para a comunidade se desenvolver e auxiliar positivamente na organização de seus empreendimentos, e a comunidade pode se integrar com a escola para trazer as experiências da vida fora da escola, suas técnicas para produzir, compartilhar os segredos de produzir dentro de suas culturas locais. A intenção não é transformar os produtos, mas sim multiplicar as boas práticas e fazer com que estes produtos sejam a origem de sua emancipação, autonomia, que de forma organizada e solidária, estes gerem renda para a comunidade e melhores condições para escola, na construção com base as nas relações da vida social na comunidade.

Ao mesmo tempo em que escola e comunidade se aproximam a escola também está se aproximando do trabalho, com as contribuições de Pistrak (2011) observamos a importância desta aproximação para melhorar a vida dos indivíduos e de suas famílias. Nos Fundamentos da Escola do Trabalho, que segundo Caldart, são “as reflexões sobre a relação entre escola e trabalho; a proposta de auto-organização dos estudantes; e a organização do ensino através do sistema de complexos temáticos” (Caldart, in Pistrak, 2011, p.8), compõe uma solução para valorizar as relações de trabalho e sociais.

“A solução do problema exige a presença e o desenvolvimento das três

seguintes qualidades: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizar; 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização” (Pistrak, 2011, p. 33).

Em suma, nos aproximamos do trabalho associativo enquanto princípio educativo, trabalho que é socialmente necessário, que implica e gera esforços coletivos, sendo este concreto e com necessidades objetivas. Discutir a educação centrada com a atividade produtiva é uma necessidade da Educação do Campo no sentido de valorizar o trabalho do campo, refletir sobre a realidade do campo e também sobre auto-organização deste espaço para o seu desenvolvimento, a partir de sua própria cultura.

Souza (2010, p.82) aponta dois problemas importantes quando relaciona a vida diária na comunidade com a Educação do Campo, o primeiro é a “luta pelo acesso à educação”, e o segundo é a “concentração da renda e da terra”. O ingresso ao sistema educacional do Estado que é garantido por lei é, portanto um dos direitos dos cidadãos, mas ainda requer muita luta por parte dos idealizadores e estudiosos da Educação do Campo, bem como dos povos do campo, pois não basta garantir apenas a abertura de vagas, é necessário ter profissionais habilitados para promover uma educação condizente com a realidade da comunidade onde a escola está inserida, estrutura física digna, material didático que garanta o desenvolvimento intelectual e humano dos alunos, e ainda uma proposta curricular voltada para atender todos estes aspectos.

Os aspectos apresentados acima representam um grande desafio para a Educação do Campo, os quais estão amarrados ao segundo problema apontado por (op.cit., p. 82), que diz respeito à “concentração da renda e da terra”. Pois é importante lembrar que com a mercantilização da educação, esta passa a ser limitada pelo próprio capital, pois quem tem mais renda, tem a garantia de acesso as melhores condições educacionais. Este contexto faz “emergir na prática coletiva um projeto político transformador”, onde a autora encontra respostas para essa transformação sóciopolítica, na participação da coletividade em busca do fortalecimento educacional para o campo, juntamente com o desenvolvimento de processos autogestionários. O que da mesma forma rege a Economia Solidária também.

Para Gaiger (2008) em sua pesquisa sobre a Economia Solidária e o valor

das relações sociais vinculantes, a Economia Solidária tende a originar relações de vida social, como na proposta da Educação do Campo, contendo decisões econômicas que afetam os indivíduos, e decisões sociais que consideram o indivíduo dentro de sua coletividade, uma construção socioeconômica alternativa adaptada às regras contidas neste campo. Já na economia capitalista, que é reconhecida pela sua produtividade e velocidade de inovação, as relações sociais caminham em sentido abrupto, fato que gera um desencaixe social, pois se transferem as responsabilidades das questões sociais para o Estado, ou então perecem a mercê da benevolência da iniciativa privada. O Estado ao assumir esta parcela da despesa social assume sua função distributiva perante a sociedade, utiliza parte do que arrecada, desta mesma economia capitalista, para suprir essa necessidade, e assim explica-se o desencaixe social da economia.

Gaiger (2008) admite que os valores dos relacionamentos vinculados à Economia Solidária caminham para reciprocidade, justiça e igualdade, o que não consiste em deixar de lado os interesses próprios, mas sim em cooperar pelo coletivo, para atingir seus objetivos individuais. As relações sociais são mistas, envolvem indivíduos de diferentes grupos sociais, étnicos, que porque com o altruísmo as relações mesmo que estejam historicamente escondidos pela face do individualismo.

A solidariedade democrática e politicamente organizada está presente na Economia Solidária, pois sua adesão é livre, voluntária, e oportuniza a formação de lideranças. Essa prática de estabelecer relações de confiança traz segurança para a associação. Nesta disposição, Gaiger (2008) surpreende com a conclusão de que os vínculos mais fracos tendem a ter mais sucesso na união de pequenos grupos diferentes, do que os vínculos de parentesco ou amizade íntima, e o fato de conceber a reciprocidade entre grupos desiguais que se equilibram pela regulação e arbitragem.

Partimos do pressuposto de que a Educação do Campo e a Economia solidária, considerando suas concepções, princípios e valores, reúnem as condições para interagirem com os conceitos de campo e da diversidade de sujeitos que vivem no campo que vem sendo profundamente ressignificados:

[...] o campo não é mais sinônimo de rural onde predominam a produção agropecuária e a agroindustrial. O campo é um conceito histórico-político para se definir a um espaço territorial onde se encontram sujeitos sociais

interagindo na construção e reprodução da vida em sua diversidade cultural e complexidade social. Portanto, o campo é mais que o espaço não urbano, abrangendo diferentes modos de construir a existência social em diferentes territórios. Sujeitos diversos denominados de povos do campo são reconhecidos nos povos indígenas, quilombolas, agricultores/as familiares, trabalhadores/as assalariados, pescadores, trabalhadores reassentados, assentados, comunidades tradicionais ou orientadas por diferentes sistemas culturais ou modos de vida, e outros. São grupos sociais que almejam e lutam por qualidade de vida onde vivem e trabalham. (LOCKS, 2010, p.15-16).

Na Educação do Campo, os educandos e educadores tem o direito de sentir a presença do ambiente onde vivem no dia a dia da escola, pois a falta dele pode distanciar o aluno de sua realidade. Com o afastamento, as atividades do campo ficam diminuídas, simplificadas e reduzidas. A Educação do Campo tem como ponto de partida o contexto sociocultural, as identidades dos sujeitos do campo. Procura vincular os processos socioeducativos à realidade local, regional e global, onde campo e cidade não se opõem, mas se complementam.

A Educação do Campo assume o desafio do vínculo da educação com processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos, com a construção de identidades, e pertencimentos coletivos em vista de mudanças na sociedade que se fazem, refazem e desfazem a partir de suas próprias ações e de como vivem seus condicionamentos sociais e históricos objetivos. (CALDART, 2010, p. 20)

Enfrentar esse desafio a Educação do Campo passa pelo caminho da organização política da sociedade civil para ganhar forças e se estabelecer. Em Santa Catarina temos o Fórum Catarinense de Educação do Campo (FOCEC) que trabalha na “articulação política e construção das bases epistemológicas, jurídicas e políticas norteadoras do que vem se denominando de Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo em Santa Catarina.” (LOCKS, 2010, p. 18).

O FOCEC foi responsável pela realização do II Seminário Catarinense de Educação do Campo, em Florianópolis, nos dias 19 e 21 de maio de 2010, que criou propostas para complementar as diretrizes operacionais da Educação do Campo de Santa Catarina. Segundo Locks (2010, p. 18) foram discutidas oito propostas e em cada uma delas é possível identificar os pontos que convergem para a Economia Solidária.

Na primeira proposta que trata do plano de educação e regulamentação temos que “Organizar o sistema municipal significa ter poder para tomar decisões e estabelecer políticas educacionais, para ajustar o núcleo comum nacional à cultura

local, ou seja, à realidade dos alunos do campo” (op.cit., 18). A Economia Solidária também busca este ajuste, quando propõe aos sujeitos a opção de desenvolver atividades econômicas que estejam presentes na sua realidade comunitária. A oitava proposta também preconiza que a qualidade de ensino e a ampliação da sua oferta devem contar com uma estrutura que esteja adequada aos sujeitos do campo.

A segunda proposta esta relacionada com a formação continuada e a valorização dos docentes, onde destacamos que “O currículo de Licenciaturas de Educação do Campo deverá privilegiar as identidades étnicas, relações de gênero, cultura alimentar e organização socioeconômica de cada região” (op.cit., 20), esta busca também é encontrada na Economia Solidária, sendo item de objeto de estudo do GT Brasileiro, no I Fórum Social Mundial, que solidificou a prática Economia Solidária pelo respeito às características específicas de cada região, bem como da sua organização, favorece a construção da sua própria identidade. Neste mesmo sentido, na quinta e a sétima proposta sobre material didático, currículo e aprendizagem, vem a valorização do conhecimento, e traz a tona novamente o reconhecimento da importância dos saberes e fazeres inerentes de cada cultura.

A terceira proposta diz respeito à gestão e acompanhamento pedagógico, que inclui a criação de “Conselhos escolares nas escolas do campo com autonomia e com representação da comunidade escolar, organizações e movimentos sociais” (op.cit., 21), aqui temos o princípio da autogestão, que é comum a prática da Economia Solidária.

Na quarta proposta vem as questões de infraestrutura, alimentação escolar e transporte, que pretende “Garantir a construção e reforma de estabelecimentos escolares do campo independente do número de alunos ”(op.cit., 22), sinalizando a valorização do indivíduo com suas particularidades, assim como na Economia Solidária, onde todos os indivíduo participantes devem ser ouvidos, tendo as mesmas oportunidades no processo decisório. Assim como na sexta proposta, referente às demandas de pesquisa, onde requer “Estimular a participação de todos os sujeitos envolvidos com a Educação do Campo, particularmente, os professores na discussão das temáticas de pesquisa e sua efetivação.” (op.cit., 23).

Nota-se que as próprias bases complementares das diretrizes operacionais da Educação do Campo de Santa Catarina já estão delineadas dentro das concepções da Economia Solidária, o que é positivo para o conjunto Economia Solidária e Educação do Campo na perspectiva do desenvolvimento do campo.

Como refletimos, Economia Solidária e Educação do Campo possuem trajetórias distintas, mas complementares. Suas especificidades são claras. A primeira ocorre entre grupos de sujeitos situados na sociedade civil, unidos por interesses comuns, tendo como base de suas relações a economia, como outro modo de organizar e produzir a existência. Já é sabido que os principais valores da Economia Solidária focam a solidariedade, a cooperação, a participação, a autogestão a busca do bem estar de todos os sujeitos envolvidos. Como é da lógica do Estado classista, enquanto *locus* de disputa de grupos e de projetos, nas suas contradições vem assimilando elementos desta política por reivindicação do movimento social. A Educação do Campo engloba a educação formal e outras modalidades de educação oficialmente, incluindo a informal e a não formal, desde 2002 quando foi instituído pelo Ministério da Educação a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)⁸.

Em síntese, neste capítulo foi possível compreender as relações existentes de Empreendimentos de Economia Solidária e a prática da Educação do Campo. A Educação do campo foi incorporada pelo Estado enquanto política oficial, com a força de pressão da sociedade civil organizada. Constatamos que a educação não formal tem por intencionalidade a formação do cidadão, o exercício dos direitos. O marco legal da política pública da Educação do Campo, bem como o Movimento Nacional da Educação do Campo compreendem a escola do campo enquanto um espaço articulador da educação formal e não formal. Isto é, a Educação do Campo assume o desafio de vincular a educação com processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos, com a construção de identidades e pertencimentos coletivos em vista da transformação da sociedade. É nesta perspectiva que se propõe a articulação da Economia Solidária e da Educação do Campo para o Desenvolvimento do Campo, dentro do cotidiano do trabalho, como forma concreta de promover o desenvolvimento do campo, levando em conta a diversidade produtiva, cultural e social presentes neste ambiente, cujos sujeitos protagonistas são aqueles que vivem e trabalham no campo.

⁸ “A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando a efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais.” (SECADI, 2013)

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PRÁTICA: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA SERRA CATARINENSE

O objetivo deste capítulo é delinear as interações entre Economia Solidária e Educação do Campo, bem como as suas implicações no desenvolvimento da Serra Catarinense. Apresentamos a análise dos dados recolhidos em campo nos municípios de Otacílio Costa e Cerro Negro, onde se encontram os Empreendimentos de Economia Solidária e a presença de escolas no campo. Procuramos identificar as relações das práticas dos Empreendimentos de Economia Solidária com práticas da Educação do Campo, pressupondo a articulação destas duas políticas públicas, ou a interface de duas práticas sociais educativas.

De um lado, vamos ao encontro dos Empreendimentos de Economia Solidária na comunidade do campo. Por outro, nos aproximamos de sujeitos relacionados com a Educação do Campo materializado na escola do campo, ou seja, professores, alunos, pais, que assumem na prática educativa escolar, os valores e princípios da Economia Solidária, mesmo que esta não esteja explícita literalmente, mas sim implicitamente. Começamos por enfatizar elementos que originaram e vem consolidando o conceito e a prática da Educação do Campo e caracterizamos a concepção de educação na perspectiva da emancipação do sujeito.

Ao identificar relações existentes entre as práticas da Educação do Campo e da Economia Solidária, encontramos um exemplo significativo na pesquisa realizada por Souza (1999, p.87-91), quando reflete sobre o lugar, o espaço da cooperação dentro do contexto agrícola do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como forma de organizar a produção. A pesquisa demonstra que o MST possui três setores que são importantes e indispensáveis no processo de redimensionamento das práticas sociais e políticas: o setor de educação, o setor de formação e o setor de cooperação, e além destes tem setores responsáveis pela comunicação, administração e frente de massa. Onde atribui ao setor da educação a responsabilidade de integrar as formações técnicas e políticas nos assentamentos, porém, confessa que tal atribuição é de conhecimento da minoria dos participantes deste contexto, assim, se distancia do ideal.

Junto aos documentos do MST, ainda no que tange a educação, em (op.cit., p. 93) são encontrados elementos que indicam a importância de preparar as

crianças para o trabalho e para vivência na coletividade como um todo, dentro dos moldes cooperativistas, que vai além de organizar a produção coletivamente, significa prepará-los para cooperar em todas as instâncias do movimento, ou seja, cooperar na luta pela educação de qualidade, garantia do bem estar, saúde e eficiente.

No caso apresentado por Souza (1999) a cooperação passa a ser uma prática comum, as experiências e dificuldades da comunidade e da própria família, são debatidas pelos alunos dentro e fora da escola, o que implica em educar para as mudanças e transformações dos valores culturais com bases na cooperação, da mesma forma com que buscamos neste trabalho refletir acerca da Educação do Campo e da Economia Solidária na perspectiva do desenvolvimento da Serra Catarinense.

4.1 O OLHAR DOS SUJEITOS DA ESCOLA DO CAMPO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Esta parte da pesquisa analisa os dados obtidos na pesquisa de campo aplicado com os profissionais da Educação do Campo. Os dados foram recolhidos em duas escolas do campo denominadas neste trabalho de Educampo Feliz e Educampo Alegre.

A Escola Educampo Feliz está localizada em Cerro Negro no espaço urbano do município, onde estive por duas vezes. Foi fundada em 1998, possui dois cursos de nível técnico: Técnico em Agricultura Orgânica com 22 alunos matriculados e Técnico em Operador de Computador com 20 alunos. Conta atualmente com 3 professores: 2 professores do Técnico em Agricultura Orgânica e 1 professor do Técnico em Operador de Computador.

A Escola Educampo Alegre está localizada no município de Otacílio Costa, no espaço rural do município, foi fundada em 2002, possui 3 níveis de ensino oferecidos pela escola: Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio; a Educação Infantil e o Fundamental são mantidos pelo município, já o Ensino Médio é uma extensão de escola estadual, existente na área urbana da cidade. Conta atualmente com 151 alunos matriculados, 18 professores do município e 9 professores do estado.

Durante as visitas realizadas nas escolas, foram entrevistados seis

professores, sendo três de cada escola e podemos dizer que o perfil deles é bem variado. No quesito idade temos um entrevistado com menos de 30 anos, um na faixa de 30 a 40 anos, três na faixa de 41 a 50 anos e um com mais de 50 anos. Sendo 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Quatro destes são casados e dois solteiros. Quanto à função temos: Presidente da instituição, Bolsista Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Diretora, Professora de Matemática/Ensino Religioso e Professora de Artes. Três estão trabalhando com educação a menos de 10 anos e três com mais de 10 anos. Quanto ao tempo de trabalho em contato com esta escola, temos 3 com mais de 10 anos na escola pesquisada e 3 com menos de 5 anos.

A formação destes profissionais também é diversificada: um com Ensino Médio Completo, dois Engenheiros Agrônomos, um formado em Pedagogia, outro Formado em Matemática, e outra formada em Educação Artística. Do ponto de vista das instituições onde estes profissionais se formaram constatei que um deles formou-se na própria Educampo Feliz, os demais nas seguintes instituições: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV/UDESC) de Lages, UDESC/à distância no Campus Petrolândia e dois na UNIPLAC.

O município e localidade que os entrevistados residem, também foram relatadas, constatando novamente uma grande variedade, pois todos moram em locais diferentes na Serra Catarinense, são eles: Morro dos Cabritos em Cerro Negro, Lages, Centro de Cerro Negro, Goiabal em Otacílio Costa, Centro de Otacílio Costa e Santa Rosa no interior de Bocaina do Sul divisa com Otacílio Costa.

A primeira pergunta realizada após a identificação do perfil das escolas e dos sujeitos da pesquisa, aos profissionais da educação foi se *a escola tem Projeto Político Pedagógico (PPP) de acordo com as diretrizes nacionais que normatizam a Educação do Campo?* Os profissionais da educação da Educampo Feliz foram breves em suas respostas: Araucária disse “sim, Educação do Campo”, Bracatinga simplesmente respondeu “sim”, já Guamirim falou “é com a Pedagogia da Alternância”. Ao consultar o PPP da escola constatei que Guamirim respondeu adequadamente a questão, e analisando com mais atenção este PPP, também concluo que a Pedagogia da Alternância é uma modalidade de educação contemplada nas diretrizes da Educação do Campo.

Para esta mesma pergunta, na Educampo Alegre, as respostas foram mais extensas: Canela diz “A escola está enquadrada dentro das diretrizes curriculares do município, sendo adaptada em partes para o campo, pela escola mesmo. Vem utilizando o material do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD), mas considero que o material é fraco, se fosse utilizar somente este material, até a metade do ano já teríamos concluído. Então vamos intercalando com materiais desenvolvidos pelos próprios professores”.

Guabiroba responde: “Acredito que modificar um currículo em função do campo é muito difícil, devido à linguagem internacional”. Conversando um pouco mais com a professora sobre esse assunto, ela quer se referir as disciplinas tais como: matemática, física, química, biologia, língua portuguesa, que tem regras e normas específicas, conteúdo único para ensinar. Porém, ela acrescenta: “mas dá para adaptar os conteúdos mesmo na matemática, utilizando-se da estatística, geometria, por exemplo, aqui na região é bem interessante ensinar a cubagem de madeira na matemática, mas quase não encontramos material”. Ao mesmo tempo em que Guabiroba aponta as dificuldades para a implantação de um currículo voltado para o campo, ela também percebe as possibilidades de uma adaptação do currículo em função do campo como lugar de vida.

Peroba disse: “O Projeto Político Pedagógico é o mesmo do município, no que se refere à educação artística, é adaptada para a realidade do campo e da localidade. Como por exemplo, no projeto da economia local, trabalhamos com as Mandalas, o intuito era de reconhecer os diversos estilos artísticos, compreender o uso das formas e cores, neste caso os alunos fizeram canteiros em forma de Mandalas”.

Foi possível identificar que na Educampo Feliz o PPP está dentro das diretrizes nacionais da Educação do Campo, mas o PPP da Educampo Alegre não, pois é o mesmo PPP das escolas urbanas mantidas pelo município, adaptado na prática para a realidade do campo, porém o material utilizado provém do PNLD do Campo 2013, o qual foi considerado insuficiente para Canela que relatou sobre a adaptação deste material. Mas nenhum deles demonstrou conhecimentos específicos sobre as diretrizes nacionais da Educação do Campo.

A próxima pergunta para estes mesmos profissionais foi: *qual o seu entendimento sobre a Educação do Campo?* Araucária respondeu: “Educação do Campo é para o jovem, na propriedade ter todo o acesso que o aluno precisa para

produzir o seu próprio alimento, orgânico, sem agrotóxicos, com autonomia e emancipação. Para ajudar na continuidade do trabalho construído pelos seus pais”. Bracatinga falou que a “Educação do Campo é o instrumento de formação do cidadão. Representa a abertura de portas, para melhorar as condições de vida, melhoria na saúde, através da prevenção e cuidados adquiridos nas aulas, educação e lazer”. Guamirim disse que “É importante para esta região que tem a renda quase só agrícola, para quem quer ficar na área rural, tem a conhecimento específico. Além de trabalhar a substituição dos pais. Mas falta público para a escola do campo”.

Dentre as respostas coletadas com os sujeitos da Educampo Feliz, percebe-se a relação da prática da Educação do Campo com os conceitos teóricos da Educação do Campo, quando destacam as categorias como: emancipação e autonomia dos sujeitos do campo, formação cidadã e melhoria das condições de vida, presentes na prática da pedagogia da alternância.

Na escola Educampo Alegre as respostas para o entendimento sobre Educação do Campo foram as seguintes: para Canela “A Educação do Campo precisa ter um currículo próprio, que valorize a realidade do campo. Mas com esse material que temos acesso, que seria específico para o campo, acaba inferiorizando a inteligência das nossas crianças, pois é muito pouco.” Guabiroba diz que “Educação do Campo está muito no papel. Faz 10 anos que estão costurando alguma coisa. Mas ainda não se consegue manter o jovem no campo. O fato de ter ensino médio no campo melhorou a relação da escola com a comunidade, com os pais”. Peroba comentou que “A Educação do Campo teria que ser voltada para a realidade do aluno, não saindo do contexto, mais voltado para a realidade local”.

Com as respostas dos professores da Educampo Alegre pode-se observar que não há uma formação específica no que diz respeito à Educação do Campo dentro de suas práticas, os conceitos de Educação do Campo estão distantes dos conceitos teóricos, e a preocupação foi mais no sentido de criticar e não de demonstrar conhecimentos desta política educacional.

Outra pergunta realizada foi se *a escola tem alguma relação com as ações dos Grupos de Economia Solidária na comunidade?* Araucária diz que a escola “tem relação com a Associação Nossa senhora de Lourdes, que é agrícola e também com a Associação de Mulheres de Beneditos/Saberes da Terra Artesanatos”. Em conversa paralela Araucária demonstrou ter grande conhecimento sobre Economia

Solidária. Mas Bracatinga falou: “Desconheço, não tenho envolvimento”. Guamirim não soube responder e perguntou: Como assim Economia Solidária? Neste momento prestei um breve esclarecimento sobre Economia Solidária para situar o entrevistado. Então Guamirim falou: “Tem as associações que comercializam frutas e verduras, que trabalham com o Vianeí”, mas não soube estabelecer se há algum tipo de relação da escola com as ações dos Grupos de Economia Solidária.

Quando realizamos esta pergunta na escola Educampo Alegre, Canela respondeu que “tem relação... mais é pouca. Poderia ter mais relações, para trabalhar a teoria na escola e a prática nos grupos, pois eles têm muito a nos ensinar. O grupo de mulheres já tentou utilizar a nossa cozinha, mas infelizmente não deu certo para compartilhar, pois nossos utensílios e equipamentos não estão de acordo com o que elas precisam, e também tem o problema do horário, à tarde, no horário da aula precisamos fazer o lanche das crianças.” Guabiroba afirma a existência destas quando diz que “a relação se dá com as visitas realizadas aos grupos existentes na comunidade. Eles também fazem parte do PPA, da Secretaria de Educação, com os projetos da agricultura familiar”. Peroba disse: “A escola já trabalhou mais essa relação com a comunidade, no projeto da economia local, mas esse ano não”. Dialogando um pouco mais sobre o projeto da economia local, Canela relatou que tiveram o cuidado de mostrar para os alunos, todas as atividades produtivas do entorno da escola, tanto da agricultura familiar e economia solidária quanto do agronegócio.

Na escola Educampo Feliz, somente Araucária demonstrou algum conhecimento sobre Economia Solidária, seus princípios, funcionamento e atividades. Os demais a desconheciam e também a prática enquanto Política Pública. Neste caso foi possível identificar que para os professores, a relação existente entre a escola e os Empreendimentos de Economia Solidária está somente ao nível da prática educativa, pois os participantes dos empreendimentos tomaram conhecimento da Economia Solidária, através dos cursos realizados em parceria com o Instituto Vianeí de Educação Popular.

Na escola Educampo Alegre todos os profissionais demonstraram conhecimentos acerca da Economia Solidária. Eles admitem que as relações existentes partem da escola para os Empreendimentos quando estes citam as visitas realizadas em anos anteriores, e não o inverso. Eles não fizeram menção de iniciativas pedagógicas ou relações da parte dos EES com a escola

Ao perguntar se a *Escola desenvolve alguma prática pedagógica, projeto, programa que levam em conta ou tem a participação do Empreendimento de Economia Solidária existente na comunidade?* Araucária diz: “Diretamente não, mas trabalha a economia solidária na organização da sociedade civil, com as práticas de grupos, da importância do trabalho em grupo”. Como Araucária tem conhecimento dos princípios que regem a Economia Solidária, ela acredita no seu desenvolvimento durante as aulas, proporcionando o trabalho conjunto nas atividades dentro e fora da sala de aula, e também para incentivar os jovens para participar da organização da sociedade civil, Bracatinga simplesmente “desconhece”, e Guamirim diz que “não”.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas que levam em consideração a participação de EES da comunidade está mais presente na escola Educampo Alegre, pois os professores relatam ações efetivas. Canela conta “fazemos visitas na comunidade, levamos as crianças para conhecer o trabalho desenvolvido pelos grupos, isso sim. Também convidamos sempre que possível, os grupos para participarem de reuniões na escola, ou ainda em parceria com a EPAGRI”.

Guabiroba afirma que: “A escola tem um projeto que estuda a economia local, foi realizado de 2009 até 2012, este ano não foi feito. Este projeto foi muito interessante neste sentido, pois aproximou as crianças do trabalho que existe na comunidade. Ele tem o objetivo de despertar o interesse dos alunos pelo tema agricultura, utilizando para isso pesquisas e entrevistas com um roteiro elaborado em sala de aula, com saídas e visitas aos agricultores que cultivam: milho, feijão, morango, soja, batata, observando e identificando a agricultura orgânica e convencional. Valorizar e respeitar o conhecimento que já possuem, adquiridos em experiências cotidianas, confrontando com conceitos aprendidos na escola sobre o tema agricultura. Também tem o projeto de cultivo de mudas de árvores nativas, desde a coleta de sementes pela mata até que a muda esteja pronta para plantio, trabalho este que é todo realizado pelos alunos.” Peroba diz que “a escola realiza projetos que levam em conta o trabalho em grupo, como por exemplo o plantio de girassol em conjunto com os alunos, gincanas, etc.”.

Na questão seguinte: *De que maneira a experiência do Empreendimento de Economia Solidária poderia ser contemplada nos processos de ensino e aprendizagem na escola?* Araucária da escola Educampo Feliz respondeu: “Visitar as comunidades, trocar experiências”. Esta prática já foi realizada pela escola Educampo Alegre, conforme citado logo acima. Bracatinga complementa que escola

tem condições de “Organizar viveiros coletivos, realização de compostagem para venda, cooperação entre catadores de lixo reciclável para melhorar a renda e também a qualidade de vida, o meio ambiente e social, e também com a produção dos orgânicos”. Já Guamirim, não demonstrou opinião formada sobre o assunto.

Canela responde que “A experiência é encontrada nos relatos, práticas de trabalhar determinadas culturas” e assim contribuem no processo de ensino aprendizagem. Guabiroba dá ênfase para a prática das visitas, ao afirmar que “Traz benefício com as visitas, onde os alunos fazem os relatos dos ensinamentos, o histórico do grupo, a prática de receitas e medidas. Isso valoriza a comunidade e ajuda na língua portuguesa também. Saborear o que produziu. A saída, o passeio, faz muito bem aos alunos.” Para Peroba “o trabalho conjunto torna a atividade mais real, os alunos participam e aprendem muito mais quando falamos dos assuntos do campo, proporciona para eles maior visão espacial”.

Os professores entrevistados das duas escolas admitem que a prática da Economia Solidária pode ser agregada no processo de ensino aprendizagem de duas maneiras: Proporcionando visitas dos alunos para conhecer as atividades realizadas pelos Empreendimentos de Economia Solidária, e inserindo os valores e princípios da Economia Solidária nas atividades cotidianas da escola.

A última pergunta quer saber se *a Economia Solidária e a Educação do Campo podem contribuir com o bem estar, o desenvolvimento do campo? De que maneira?* Neste momento Araucária afirma: “Podem sim, fazendo em conjunto, aumentar o número de famílias, com o exemplo do que elas já vêm fazendo. Com o incentivo aos projetos com os jovens para levar outras atividades ao campo, como: artesanato, hortas, cultura”. Bracatinga dá importância para “Capacitações para que vejam o associativismo como benefício, valorização dos pequenos produtores, força para reivindicar melhorias sanitárias, saúde e educação. A população do campo passa por um processo de envelhecimento, que também é um problema, além do que os mais velhos são resistentes quanto às mudanças que os jovens gostariam de implantar nas propriedades”. Guamirim aponta que “Atualmente as famílias estão concentradas em produzir apenas milho e feijão, com o associativismo pode haver a diversificação desta produção, para melhorar a renda, a qualidade dos produtos e de vida. Acredito na multiplicação de modelos de boas práticas no campo”. É sabido que as culturas do milho e do feijão são tradicionalmente praticadas na região, ou seja, a agricultura convencional tem prevalência sobre outras culturas, sobretudo no

município de Cerro Negro.

Para Canela “Se houvesse o verdadeiro entendimento do associativismo, traria desenvolvimento sim. Mas atualmente os grupos ainda estão focados no individualismo”. Guabiroba diz que “é viável, mas falta vontade política, pois tem muitas leis que seguram o desenvolvimento dos pequenos produtores”. Peroba responde “podem contribuir para proporcionar emprego, permanência do jovem no campo. Pois atualmente não existe atrativo e nem alternativa de renda, nem de lazer, encontros, interação. Se tivesse uma cooperativa para produzir em conjunto, ter relações de trabalho, melhoraria a integração entre a comunidade também. Minha sugestão enquanto escola e educação do campo seria a escola de tempo integral para o campo, no contra turno poderiam ser trabalhadas estas questões. Outra questão é a desestrutura familiar no campo, muitas mães sofrem de depressão, devido à solidão, por isso precisa de um clube de mães atuante, mas também depende de ônibus, transporte”.

Chama atenção que em todos os depoimentos relacionados com a questão da contribuição da Economia Solidária para o bem estar e desenvolvimento do campo deixam claro a importância da categoria associativismo, cooperativismo e fazer juntos, nesta relação que esteve presente em todos os depoimentos. As respostas da escola Educampo feliz, não deixam dúvidas de que Economia Solidária e Educação do Campo podem contribuir para o bem estar e o desenvolvimento do campo. Já as respostas dos professores da Educampo Alegre demonstram mais preocupações relacionadas ao desenvolvimento do campo, do que contribuições para o bem estar, ao apontar a falta de vontade política, o entendimento do verdadeiro significado do associativismo e a desestrutura familiar. Um aspecto enfatizado no depoimento de Peroba é que nem sempre é problematizado é que o associativismo não remete somente para o sentido da produção de bens. Quando se aponta para a situação da família, particularmente, o universo feminino no campo, é possível pensar que o associativismo possibilita também o desenvolvimento da sociabilidade, de criação de vínculos afetivos.

Para quem sai de Lages rumo à Otacílio Costa, percebe uma paisagem diferente e exótica, olhando assim, em torno da SC 425, as plantações de *Pinus elliottii* parecem combinar com o asfalto e a rapidez com que trafegam os veículos. A chegada à cidade é movimentada. Atravesso a cidade a caminho do campo, via estrada de chão. No início ela é larga e com campo aberto, em seguida ela vai se

estreitando, e a paisagem está novamente tomada de *Pinus elliottii*, que fecha a paisagem, deixando o caminho parecer mais estreito ainda. Mais adiante surge um caminhão, desses de carga, chamados de “Julieta”, carregado de toras de *Pinus elliottii*, que disputa a passagem com o micro ônibus. A passagem é difícil, a impressão que se tem é de uma passagem impossível, mas caminhão e ônibus se ajustam e lá se vai o caminhão, deixando o seu rasto de poeira em um dia de muito sol e vento. As toras que estão sendo transportadas refletem o sinônimo da renda que está se gerando no campo, para famílias que já não moram mais ali. A paisagem na chegada da escola também é repleta de *Pinus elliottii*.

O *Pinus elliottii* invadiu a região. É a maior expressão do agronegócio que vem continuamente expulsando as famílias do campo para cidade, foi a informação coletada nas entrevistas com os profissionais da educação, pois segundo eles, a vida no campo não tem mais sentido para quem mora lá. Eles são desnecessários em meio aquela paisagem, seus afazeres não são mais os mesmos, pois eles também foram modificados pela monocultura. Neste sentido um dos entrevistados diz: “Assim eles partem para a vida na cidade, só que com o passar dos dias percebem as diferenças e os limites da vida nova. Todas as atividades que eles desenvolviam são abandonadas naquele campo. Precisam então aprender como viver na cidade, a convivência dentro de uma extensão territorial pequena, com a diversidade sonora existente. São carros de diversos tipos trafegando o dia todo, são pessoas transitando e conversando. As máquinas das indústrias e comércios trabalhando, onde tudo o que é necessário para a subsistência requer dinheiro; então aprender a fazer um planejamento de acordo com seus recebimentos é fundamental. A criação dos filhos também requer cuidados que no campo não tinham, muitas amizades com costumes diferentes, drogas, consumismo, violência. Coisa que aqui no campo não é tão presente. A roupa e os costumes do campo também devem ser adequados, pois dependendo do local aonde vai o indivíduo pode não ser bem recebido. Ao se deparar com todas essas mudanças sociais, muitos não conseguem se adaptar na cidade, e retornam para o campo em busca de tudo aquilo que lhes foi subtraído, mas o retorno também é frustrado, pois não encontram mais as mesmas possibilidades para produzir, e assim ficam em um eterno caminho de idas e vindas do campo para a cidade, da cidade para o campo, em busca de uma identidade perdida”.

O mais interessante é que mesmo com todo este cenário visível de invasão

do monocultivo, esvaziamento e abandono do campo, dentro de todos os depoimentos cercados por grandes incertezas, com as entrevistas também foi possível identificar que há esperança e motivação para prosseguir. O trabalho associativo, cooperativo e solidário é citado por diversos entrevistados. Mas, confessam que ainda tem muito para crescer, pois as experiências existentes nas comunidades ainda estão fundadas em interesses individuais e não coletivos, que se traduz na rivalidade e desencontros dentro dos próprios grupos, que não tem a verdadeira concepção da força do trabalho cooperativo, solidário, dimensão econômica dentro da coletividade e do trabalho enquanto princípio educativo.

Nos depoimentos coletados durante as entrevistas, Canela diz que “o clube de mães que existe na comunidade só funciona porque tem uma obrigatoriedade de participação dos pais em atividades na comunidade, pelo Programa Bolsa Escola do Governo Federal. As mães que participam do clube, se reúnem semanalmente para aprender a fazer trabalhos manuais, porém, cada uma produz apenas para si, para o seu interesse individual, penso que se elas trabalhassem uma semana fazendo o trabalho para elas, e na outra para o clube, no final do ano poderiam fazer uma feira com muitos trabalhos bonitos, porque modéstia parte, elas fazem coisas lindas, ou ainda nas datas comemorativas, para gerar uma renda para o clube, comprar mais materiais e produzir mais para então gerar renda para cada uma delas de acordo com o seu trabalho, assim elas mesmas formariam seu capital de giro. Porque atualmente elas estão neste ciclo que não leva a lugar nenhum, o material que elas utilizam vem da Assistência Social do município; Se não vem esse material elas não tem com que trabalhar. Essa semana quando elas se reunirem, eu vou até lá para dar essa ideia para elas, tomara que elas aceitem”.

Esses depoimentos foram surgindo espontaneamente após as entrevistas, quando o entrevistado teve a oportunidade de expressar suas preocupações e também seus sentimentos em relação ao tema abordado. Todos os entrevistados mostraram-se interessados pelos assuntos abordados, as categorias estudadas, Educação do Campo, Economia Solidária e Desenvolvimento do Campo foram citadas também neste momento, onde fui indagada por eles sobre o objeto de pesquisa, demonstrando curiosidade e motivação para prosseguir no debate. Mas o tema que mais chamou atenção dos entrevistados foi a Economia Solidária, com perguntas conceituais e teóricas, mas também das práticas destes Empreendimentos. Isto permite afirmar que os professores, de um lado, revelam um

saber limitado, mas por outro, tem interesse em saber mais sobre esta forma de organização de outra economia, conseqüentemente articular ou inserir nos processos de ensino aprendizagem proporcionados pela escola. Sobre a Educação do Campo, conforme o que pude perceber, o assunto que mais chamou a atenção dos entrevistados foi a criação de um currículo escolar voltado para a realidade do campo. Indiscutivelmente um projeto de formação continuada partindo da realidade no qual se situa a escola do campo contribuiria em muito com a aproximação da Educação do Campo com a Economia Solidária.

4.2 O OLHAR DOS SUJEITOS DOS EMPREENDIMIENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Nesta etapa da investigação descrevemos os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa, que tem como sujeitos da pesquisa os representantes dos Empreendimentos de Economia Solidária a fim de verificar as interações, relações e práticas entre os EES e a educação escolar existente na comunidade a que pertencem.

Foram entrevistadas duas mulheres, uma representante do EES Ecosol Viver Bem, em Cerro Negro, que neste estudo vamos chamar de Guerreira; outra é representante do EES Ecosol Bem Estar de Otacílio Costa, aqui denominada Pioneira.

Guerreira é natural de Cerro Negro, que diz: “sempre morei no interior, agora estou residindo na cidade por questões de saúde”, tem 64 anos, casada, estudou até a 8ª série do ensino fundamental, sendo que da 5ª até a 8ª série estudou na escola Educampo Feliz, e afirma: “só concluí o ensino fundamental pelo apoio que tive da Educampo Feliz, caso contrário não teria conseguido”. Ficou conhecendo a possibilidade de se organizar em EES na escola Educampo Feliz e pelas visitas que receberam dos profissionais do Centro Vianeí de Educação Popular. Ela participa do EES Ecosol Viver Bem, de Cerro Negro, há 7 anos, quando foi fundado, e atualmente conta com 38 famílias associadas.

Pioneira é natural de Bocaina do Sul, hoje a localidade em que nasceu pertence para Otacílio Costa. Estudou até 4ª. série e participa do EES Ecosol Bem Estar EES há dois anos, quando ele foi fundado, mas ela já participava de outro

empreendimento, conta ela: “desde 2000, quando meu esposo se aposentou, a propriedade já era do meu sogro, com a aposentadoria, agente conseguiu comprar, pois ele é natural desta terra. Minha vida na cidade foi muito difícil, sempre cuidando dos meus pais e meus sogros, cuidei dos quatro até eles falecerem, então nunca pude trabalhar fora. Minha mãe foi a última a falecer e por sorte logo depois que ela se foi meu marido se aposentou e viemos para campo, pois na cidade minha vida perdeu o sentido. E aqui logo começamos a plantar, fazer feira para vender”.

Pioneira participava de um EES desde 2000, onde também foi participante, porém em 2011, por questões de divergências relativas a manutenção dos princípios que regem a Economia Solidária dentro deste grupo, decidiu retirar-se dele e formar um novo EES, para que mais pessoas tivessem a oportunidade de participar e vender seus produtos. Assim, fundou o Empreendimento Ecosol Bem Estar a dois anos, que hoje já conta com 20 associados, 17 mulheres e 3 homens. Ela também relata que ficou conhecendo a Solidária com as visitas que receberam dos profissionais do Centro Vianei de Educação Popular, que convidaram para participar de cursos em Lages.

Aqui destacamos a presença e a importância do Centro Vianei de Educação Popular, na formação e organização dos EES, pois esta entidade, segundo os entrevistados e outras informações que obtive, levou ao conhecimento das comunidades do campo da Serra Catarinense a possibilidade de se desenvolver, produzir coletivamente e melhorar a qualidade de vida dos seus participantes. O Centro Vianei também levou ao conhecimento dos EES a Cooperativa Ecológica Ecoserra, como responsável pela comercialização da produção e pela parceria com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que passou a ser fonte de renda para os Empreendimentos.

Referente à organização dos EES, objetos de nossa pesquisa, ambas as entrevistadas demonstram que ainda precisam de apoio para melhorar o retorno. Guerreira não soube informar uma sistemática de reuniões e encontros com Empreendimento, que garanta a sua autogestão. Pioneira diz o seguinte: “normalmente nos encontramos nas quintas-feiras, que é o dia que fazemos a feira na cidade com os nossos produtos; então aproveitamos para conversar, vender e resolver as coisas do nosso grupo, como a papelada, os convênios. E nas terças nos reunimos para trabalhar na panificação, então agente já aproveita e conversa, faz planos.” Mas confessa: “reuniões assim só para conversar sobre o grupo é difícil

agente fazer”. Estas informações revelam ocultamente a prática de uma metodologia de educação popular assumida pelos sujeitos destes Empreendimentos. Ou seja, o trabalho é a mediação do processo organizativo. Se reúnem motivados pelo trabalho, oportunidade em que aproveitam para realizar o planejamento de suas ações ou resolver outras questões práticas, como por exemplo, questões burocráticas. Não parece haver convocações especiais de reuniões, senão, a própria necessidade do trabalho.

Ambos os grupos cultivam hortaliças. Guerreira faz um breve comentário sobre as atividades do grupo: “produzimos hortaliças para entregar pelo PAA, este programa para auxiliar pessoas mais pobres e também para merenda escolar”. Pioneira nos fornece muitos detalhes sobre as atividades desenvolvidas pelo grupo: “Trabalhamos com produtos agroecológicos, panificação e com queijo. Os produtos agroecológicos são: repolho, alface, temperos, couve, feijão, batata doce, ervilha, feijão de vagem, xuxu, pinhão, ovos e frango caipira. Na panificação agente se reúne aqui em casa todas as terças-feiras para fazer bolachas e pães, para entregar no programa da merenda escolar do município”.

Durante a entrevista com Pioneira, observamos que a propriedade dela não é muito grande, mas é muito bem cuidada, uma paisagem atípica para a região, com gramado, flores, araucárias. Pergunto se nunca pensaram em plantar *Pinus Elliottii*, imediatamente a resposta: “nunca, só pinheiro brasileiro, o *Pinus* acaba com a terra da gente e não dá mais nada. Aqui agente está exprimido no meio destes reflorestamentos”.

Quanto às outras entidades e organizações que são parceiras dos EES, elas respondem: Guerreira: “temos ajuda da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Centro Vianei de Educação Popular, Cooperativa Ecológica Ecoserra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anita Garibaldi, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para fazer cursos, Usina Hidrelétrica Barra Grande (BAESA) que fez um programa para entrega de Kombi e Frizer para nós”. Pioneira cita: “Centro Vianei de Educação Popular, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Otacílio Costa, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Cooperativa Ecológica Ecoserra Prefeitura Municipal”.

Perguntamos a elas se os grupos de EES tem alguma relação com a escola na comunidade, então Guerreira responde: “Mais é com a escola Educampo Feliz

aqui de Cerro Negro”; Pioneira diz: “A relação com a escola é maior com os associados que tem crianças estudando, ou ainda quando as professoras trazem as crianças para visitar as propriedades aqui da comunidade. Uma vez também agente utilizou a cozinha da escola para fazer pães e bolachas, mas é difícil de ajustar o horário, pois durante a semana elas precisam da cozinha para fazer a merenda das crianças, então não deu muito certo, pois agente só poderia utilizar no final de semana, aí complica em casa com a família”.

Perguntamos também em que a experiência do Empreendimento de Economia Solidária pode contribuir com as crianças que estão na escola, Guerreira diz: “Incentivo para permanecer no campo, para obter recursos, aproximar os cursos da comunidade, para formação”. Pioneira responde: “Precisava ter um curso de agroecologia para incentivar os nossos jovens a permanecer no campo, nossa esperança é que venha um curso assim para a nossa escola”. Aqui as entrevistadas deixam transparecer as preocupações com o êxodo rural, e também a falta de perspectivas futuras. Neste caso a experiência dos EES se insere no contexto da educação não formal, que para Gohn (2010) é adquirida pelos indivíduos, para torná-los cidadãos do mundo, pois age nos aspectos subjetivos de um determinado grupo, para formar a sua identidade coletiva: valores, cultura, política e consciência da coletividade. Que podem ser transmitidos por participantes dos EES.

Quando questionadas sobre o desenvolvimento de ações conjuntas dos Empreendimentos com os professores e alunos da escola da comunidade, Guerreira diz: “é com a entrega de alimentos pelo PAA para a merenda da escola”. Pioneira: “Assim junto não, tem as visitas das crianças na comunidade, e venda dos produtos para o PAA para a merenda, e às vezes utilizamos a cozinha da escola, mas foram poucas vezes”. As respostas apresentadas sugerem que as relações existentes entre os EES e a escola no campo na prática são mais frequentes com as iniciativas que partem da escola, e não dos EES. A relação dos EES com a escola é citada somente na entrega de alimentos do PAA, mas não como atividade educativa.

A participação dos filhos dos participantes é considerada importante neste processo por isso inserimos uma questão que busca saber *se os participantes do EES têm filhos que são alunos da escola da comunidade a pertencem, e se eles trazem esta prática do grupo para a escola*. Guerreira conta que “a maioria dos alunos, filhos dos associados, frequenta a escola do interior onde o grupo reside e produz, lá a escola é um núcleo, para fazer até o 9º ano, o segundo grau eles fazem

no Cerro Negro”, entrevistada não conseguiu identificar se eles trazem esta prática para a escola. Neste caso os alunos frequentam a escola pesquisada, após a conclusão do ensino fundamental para fazer os cursos de Técnico em Agricultura Orgânica e Técnico em Operador de Computador. A falta do ensino fundamental na Escola Educampo Feliz, distanciou os alunos da escola pesquisada.

Sobre esta mesma questão Pioneira comenta: “Tem vários associados que têm filhos pequenos, todos eles estudam aqui na escola do campo. Mas acredito que eles não levam esta prática para lá, pois a maioria deles quer ir embora, não querem ficar aqui no campo. Aqui tem esse problema, normalmente fica só o casal, os velhos, os filhos vão para a praça”.

Tendo como base as respostas acima sobre as experiências levadas pelos filhos dos participantes do EES para a escola, podemos perceber que ela é inexistente. Dialogando com as entrevistadas referente às *contribuições da Economia Solidária e a Educação do Campo para o desenvolvimento do campo e melhoria da vida das pessoas que vivem no campo*, Guerreira afirma que “Com a Economia Solidária a vida na comunidade fica muito melhor, agente consegue os recursos que precisa para trabalhar, pode entregar o que é produzido com facilidade, agente se reúne para fazer os cursos, aprender a fazer as coisas para a casa, para as crianças, as grávidas fazem algumas coisas para os bebês. Tem coisas que atrapalham a vida no campo, como essa lei que os menores não podem trabalhar, pois hoje em dia fica difícil de ensinar o trabalho. Muitas vezes é melhor a criança ir junto com seus pais para o trabalho, do que ficar sozinha em casa, ou com estranhos, junto com agente eles podem ir aprendendo e pegam gosto pelo trabalho no campo, pois depois que eles crescem, dificilmente se consegue fazer com que aprendam e gostem de trabalhar na terra”.

Durante esta abordagem a entrevistada deixa transparecer o senso comum que existe em torno da proibição do trabalho infantil, porém, há que se lembrar do Artigo 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde está prevista a possibilidade do contato dos adolescentes, desde que na condição de aprendiz, com o mundo do trabalho enquanto atividade educativa, pois “§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” (BRASIL, 2013). O que não é permitido nestes casos é a exploração do trabalho infantil, onde as atividades produtivas prevalecem em relação com a

educativa.

Para Pioneira a Economia Solidária “ajuda muito, aumenta a renda das famílias. Tem família que se sustenta só com o que ganha na feira. Pode comprar roupa, remédio, além do que aqui para a maioria dos associados o dia mais aguardado é a terça-feira, que é quando agente se reúne para fazer pão e bolacha. Trabalhar com a panificação, o pessoal vem pra cá, agente trabalha, produz, conta piada, sempre tem muitas risadas, dá mais ânimo para trabalhar e viver o dia a dia. Melhora a qualidade de vida da gente, mais conforto”.

As entrevistadas priorizaram em suas respostas a Economia Solidária, mas fazendo um paralelo com questões anteriores sobre a Educação do Campo, é possível perceber que ambas são da opinião de que a Educação do Campo contribui significativamente com o desenvolvimento do campo, por isso neste momento trazemos as respostas da última questão que se refere ao entendimento delas sobre a Educação do Campo.

Guerreira faz primeiro uma pergunta: “Assim como na escola Educampo Feliz? Minha resposta foi sim. Então afirma: “As pessoas não acreditam no trabalho da escola Educampo Feliz, mas é a melhor coisa que existe para a população pobre, desempregada, pois quem vai para a cidade acaba em desgraça”. Na agricultura é possível ter uma vida boa. Pode fazer uma horta, colher o próprio alimento”.

Pioneira demonstra a importância que a Educação do Campo tem neste contexto: “A escola aqui na comunidade, no campo, é tudo para nós, ninguém pode reclamar, é muito boa à escola, a proximidade acabou com aquele problema que muitas crianças passavam várias horas no transporte, para ir para a escola da cidade. Chegando lá nem todos iam pra escola, acabavam matando a aula, se envolviam em confusões, com drogas e álcool. Com a escola aqui perto não tem mais isso. Agora nossa esperança é que venha um curso de Técnico em Agroecologia. Agora, o que está muito ruim aqui no município é a saúde”.

Desde último depoimento podemos inferir que a entrevistada, ainda que não conheça o Marco Regulatório da Política da Educação do Campo, ressalta aspectos ou preocupações presentes na legislação. A primeira delas é o direito da população rural ter a escola em sua própria comunidade. A segunda é a política do transporte escolar. A Resolução do CNE/CEB nº 2 de 8 de Abril de 2008, Art. 4, parágrafo único, diz que “quando se fizer necessário à adoção do transporte escolar devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e que as

crianças sejam transportados do campo para o campo”. A terceira remete para o contexto da escola quando oferecida no campo ou na cidade. A entrevistada alerta para os riscos da educação descontextualizada oferecida pela escola localizada na “praça” ou na sede do município. Por último, a reivindicação da profissionalização da juventude do meio rural, na etapa do Ensino Médio, com o Curso de Agroecologia. Nesta perspectiva podem-se atacar vários problemas, entre eles, problematizar com a juventude rural o espaço do campo e da cidade, projetos de vida, profissionalização, a sucessão geracional no campo.

Para completar a pesquisa perguntamos às entrevistadas *o que entendem por Economia Solidária?* Para Guerreira representa “associação, ajuda, doação, trabalho, aprender com o grupo, é isso”. E para Pioneira é: “união, junção, alegria, passar o dia trabalhando, viver melhor”. Se confrontarmos estas afirmações com os princípios da Economia Solidária revisitados no capítulo 2, como autogestão, solidariedade, cooperação e dimensão econômica, as entrevistadas traduzem estes princípios em outros dizeres, como: ajuda, união, grupo, indicando que este é um caminho adequado para se viver melhor. O que também vem ao encontro do sentido de desenvolvimento que permeia esta pesquisa, abordado por Sachs (2008) que possibilita aos indivíduos revelar suas habilidades, aptidões e criatividade na busca da autorrealização, contemplando esforços coletivos e individuais. Um conceito que respeita a cultura, os anseios e a capacidade das pessoas.

As entrevistas revelam também a importância da atuação das mulheres na Economia Solidária e na Educação do Campo para o desenvolvimento do campo. Elas passam a serem empreendedoras, líderes atuantes na comunidade, trazem as suas práticas e experiências caseiras para compartilhar com os participantes, a fim de ampliar e melhorar a qualidade dos produtos e dos negócios. Produzem, organizam a feira, planejam, vendem, investem, agregam as relações sociais e adicionam valores na renda familiar. Estas são as contribuições das mulheres dos Empreendimentos de Economia Solidária. Somando com as contribuições das mulheres que se dedicam às atividades da escola do campo, com a missão de levar o conhecimento independente da distância para chegar até a escola, podemos afirmar que elas têm papel fundamental no desenvolvimento do campo.

Em síntese todos os resultados obtidos com a pesquisa de campo se mostram relevantes e garantem o significado para a investigação. Como principais resultados podemos destacar que na organização dos EES, os participantes são

motivados pelo trabalho coletivo, e aproveitam os próprios encontros laborativos para tomar as decisões e os rumos referentes aos empreendimentos, deixando de lado reuniões formais e específicas para este fim, o que caracteriza uma metodologia própria de cada empreendimento, mas que possibilita perfeitamente a autogestão dos empreendimentos. Quanto às relações existentes entre as práticas da Educação do Campo e da Economia Solidária, foi possível verificar que esta normalmente parte da escola e não caracteriza uma prática contínua, mas sim esporádica, porém, os EES demonstram-se favoráveis e dispostos para este entrosamento. Embora os EES não conheçam o Marco Regulatório da Política da Educação do Campo, os participantes ressaltam em seus depoimentos as preocupações contidas na legislação, como: direito da população rural ter a escola em sua própria comunidade, a política do transporte escolar, o contexto que envolve a escola no campo e na cidade, a necessidade da profissionalização dos povos do campo, com a reivindicação de cursos de agroecologia, e mais, a confiança no sucesso da agricultura por meio da agroecologia. Também foi identificado que os Empreendimentos de Economia Solidária presentes no campo trabalham dentro dos princípios propostos na Economia Solidária enquanto política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar as políticas e práticas de Economia Solidária e de Educação do Campo tendo em vista o desenvolvimento do campo na Serra Catarinense desde a sua população mais empobrecida. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de caráter qualitativo, bibliográfica, tendo por perspectiva de análise a teoria histórico crítica; optou-se pelo trabalho de campo onde os sujeitos envolvidos com Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e profissionais de escolas do campo, foram entrevistados por meio de um roteiro semiestruturado. Identificamos o meio rural, como um campo de disputa de projetos onde coexistem forças sociais e econômicas materializadas nas atividades do agronegócio e da agricultura familiar.

Após contextualizar e descrever o campo da Serra Catarinense constatamos que a Economia Solidária e a Educação do Campo possuem trajetórias distintas, específicas, porém complementares. Numa perspectiva de análise mais estrutural, observamos também que o estado brasileiro, enquanto *lócus* de disputa de grupos sociais e de projetos, só recentemente por força da sociedade civil organizada vem tornando política pública estas duas iniciativas que se engendraram na sociedade civil organizada.

A Educação do Campo emergiu mais propriamente por conta do Movimento Nacional da Educação do Campo. É assim que, em 2002, o Ministério da Educação instituiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD), mais tarde agrega a inclusão (SECADI), onde a Educação do Campo é uma das suas políticas.

Trajetória similar, mas distinta tem ocorrido com a Economia Solidária. Desde os anos de 1980 ela vem se disseminando pelo território nacional. Foi a busca de melhores condições de vida por parte da população empobrecida, a falência de empresas que fizeram emergir centenas de Empreendimentos Econômicos Solidários. Somente em 2003 que o governo brasileiro passou a incorporá-los no Ministério do Trabalho e Renda por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Não obstante os percalços de diferentes ordens é atualmente reconhecida como uma política pública. Ela está presente no campo e na cidade.

Da análise deste contexto foi possível estruturar um quadro comparativo e

sintético da aproximação da Economia Solidária e Educação do Campo para compreender as semelhanças, origem, trajetória e experiências.

QUADRO 1 – QUADRO DE SÍNTESE E APROXIMAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

	ECONOMIA SOLIDÁRIA	EDUCAÇÃO DO CAMPO
ORIGEM	Surge na década de 80 com os com a experiência coletiva dos movimentos sociais de trabalhadores urbanos de empresas falidas e trabalhadores rurais.	Surge na década de 90 com a experiência coletiva dos Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).
MARCO INICIAL	2001 - I Fórum Social Mundial 2003 - Incorporada pelo Ministério do Trabalho Emprego e Renda por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).	1998 - Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 2002, o Ministério o Ministério da Educação institui a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD), mais tarde agrega a Inclusão (SECADI), onde a Educação do Campo é uma das suas políticas.
OBJETIVO	Propor aos trabalhadores a opção de desenvolver atividades econômicas que estejam presentes na sua realidade comunitária.	Estabelecer políticas educacionais para ajustar o núcleo comum nacional à cultura local, a partir da realidade dos alunos do campo.
PRÁTICA SOCIAL	Caracterizada pela luta por acesso ao trabalho, combinada com políticas públicas abrangentes e movimentos sociais de trabalhadores.	Caracterizada pela luta por acesso a educação, combinada com políticas públicas abrangentes e movimentos sociais de trabalhadores.
CONSTITUIÇÃO EM FÓRUM	Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Criado em 2001	Fórum Nacional de Educação do Campo - Criado em 2010
POLÍTICA PÚBLICA	Incorporada pelo Estado enquanto política oficial, com a força de pressão da sociedade civil organizada	Incorporada pelo Estado enquanto política oficial, com a força de pressão da sociedade civil organizada
PRINCÍPIOS	Cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica.	Formação humana voltada para a construção de novos padrões de relações sociais e formas de produção com trabalho livre e associado.
PRÁTICA EDUCATIVA	Os empreendimento de economia solidária são compreendidos como um espaço da educação não formal, um ambiente de aprendizagem para a cidadania, trabalho, desenvolvimento de potencialidades e habilidades.	A escola do campo é compreendido como um espaço articulador da educação formal e não formal.
CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL	Vincular o trabalho associativo com foco em solidariedade, cooperação, participação e autogestão, na busca do bem estar de todos os sujeitos envolvidos, considerando a realidade local, regional e global dos seus sujeitos, seja ela do campo ou da cidade.	Vincular os processos socioeducativos à realidade local, regional e global, onde campo e cidade não se opõem, mas se complementam. Com a educação focada na formação de sujeitos de identidades e pertencimentos coletivos em vista da transformação da sociedade.
PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO	Pautada na sustentabilidade da sociedade, respeito, participação e emancipação dos associados e seus familiares.	Pensa na educação a partir da realidade da comunidade do campo, voltada para a sustentabilidade, respeito, participação e autonomia dos educandos e seus familiares.
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Os empreendimentos de Economia Solidária são administrados com a participação de todos os integrantes como verdadeiros sujeitos da ação, em todas as estratégias e atividades do trabalho.	A Educação do Campo acompanha o processo pedagógico com a formação de conselhos escolares que tem autonomia e representação da comunidade escolar, organizações e movimentos sociais.
DESAFIO	O desafio passa pelo caminho da organização política da sociedade civil para ganhar forças e se estabelecer como resposta imediata contra a hegemonia do modo de produção socioeconômico do sistema do capital, com vistas no desenvolvimento do campo, de forma sustentável e autogestionária.	

Passamos a seguir enfatizar os aspectos mais significativos descobertos nesta pesquisa. Os dados recolhidos e analisados no campo da Serra Catarinense demonstram que a presença dos princípios e valores que orientam a Economia Solidária e a Educação do Campo encontram-se disseminados em muitos municípios e detém potencial para se constituírem em estratégias profícuas para a construção de sujeitos individuais e coletivos autônomos e emancipados. Obviamente, como percebemos nas práticas existentes nos dois municípios investigados, elas tem pouca visibilidade social. Não obstante não constarem nas prioridades das políticas públicas locais, existem há mais de uma década e apontam para um outro modo de produção da existência no meio rural, tendo por base os valores da cooperação, autogestão, solidariedade e justiça social. Não resta dúvida de que representam força de resistência ao modo de produção capitalista de vida no campo, contudo estas experiências estão longe de se contraporem ao projeto hegemônico do agronegócio no campo. Contam com alguns apoios ou parcerias de órgãos públicos ou no caso de uma organização não governamental expressiva como é o caso do Centro Viane de Educação Popular.

De modo geral, não podemos identificar uma relação organicamente existente entre os EES e a escola do campo orientada pela concepção e princípios da Educação do Campo e vice-versa. O que existem são aproximações ainda precárias, fragmentadas e não consolidadas. Quando pudemos identificar a relação a que nos propusemos nesta reflexão, percebemos que há interesses de professores e estudantes e que estes desenvolvem em suas práticas educativas, princípios da autogestão, solidariedade e sentido de coletividade, mas ainda descolados de práticas locais. Há também interesse dos sujeitos envolvidos com os EES na articulação com a escola local.

Quando confrontados, podemos também perceber que as relações entre as duas práticas de Economia Solidária e da escola do campo diferem-se nos dois municípios estudados. No caso de Cerro Negro, a diferença reside no fato do EES estar articulado com a pedagogia da alternância, uma modalidade de ensino no campo com características bem mais orgânicas aos princípios da Educação do Campo. Os entrevistados ratificam as possibilidades de uma relação mais próximas entre as práticas e demonstram avanços na articulação com ganhos significativos, por exemplo, valorização da cultura, do modo de vida no campo, da produção orgânica e da entrega de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos na

escola.

Não é o caso da relação dos EES com a escola do campo em Otacílio Costa. Esta é expressão de um processo de nucleação escolar intracampo e não contempla um Projeto Político Pedagógico que considera a especificidade, diversidade e complexidade do campo e dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. Neste caso os entrevistados indicam maior distanciamento entre as ações dos dois universos da EES e a escola do campo. Convém observar que os entrevistados do EES neste município relatam avanços extraordinários na sua organização, na área de produtos orgânica de hortaliças e processos de comercialização, mas reconhecem uma articulação fraca com a escola e vice-versa. Apesar desta realidade contraditória, os sujeitos envolvidos nas duas realidades estudadas sustentam que suas práticas representam uma quebra do paradigma da individualidade para a construção de novas relações de cooperação e solidariedade.

As dificuldades a serem superadas tendo em vista a interação e Economia Solidária com Educação do Campo, segundo os entrevistados são de muitas ordens: em que pese ainda a distância relativa existente entre as duas políticas e práticas, do ponto de vista da escola do campo se faz necessário alterar estruturalmente o Projeto Político Pedagógico na perspectiva das Diretrizes da Educação do Campo; adequação do material didático à realidade do campo; investir na formação inicial específica do professor e na sua formação continuada levando em consideração o Marco Regulatório da Educação do Campo. Vontade política de dirigentes e de gestores da educação é outro obstáculo relacionado pelos entrevistados. Afirmam que a “Educação do Campo ainda está no papel”. É necessário se pensar em cursos em nível médio que responda os interesses e necessidade da juventude. Neste sentido é apontado o curso de Agroecologia como uma saída. Esta situação pode explicar a fragilidade existente entre os Empreendimentos Economicamente Solidários e da escola do meio rural na realidade estudada.

Do ponto de vista dos EES, os entrevistados descrevem a relação fragmentada, esporádica ou inexistente com as práticas educativas escolares, o ritmo de trabalho e inadequação do tempo com as atividades pedagógicas da escola, ou seja, há um descompasso entre as demandas e ocupações do EES e as atividades escolares, como por exemplo, a ocupação da cozinha da escola. Até mesmo o desconhecimento dos profissionais da educação do que é a Economia Solidária. Pode-se afirmar que, apesar de se constatar algumas iniciativas da parte

dos EES em se articular com o universo escolar, as práticas encontram-se em um isolamento social e pedagógico, embora geograficamente próximos.

Em síntese, quando se refletiu acerca da contribuição da Economia Solidária e a Educação do Campo tendo em vista o desenvolvimento do campo na Serra Catarinense, os entrevistados foram unânimes em afirmar positivamente como sendo uma estratégia política, econômica e educacional necessária. Contudo, somente será alavancada se ampliar a educação para a cultura do associativismo, despertar vontade política dos dirigentes políticos e gestores na perspectiva da incrementação multi e intersetorial das ações ou políticas públicas da parte do Estado. Afirmou-se também que as iniciativas de desenvolvimento do campo não podem ser reféns de uma visão economicista ou produtivista, uma vez que os bens desejados e necessários ao bem estar apontados pelos sujeitos que vivem no campo, não se limitam ao econômico, mas também reivindicam bens políticos como participação, organização social, e bens simbólicos como autoestima e vínculos afetivos, reclamados, sobretudo pelas mulheres.

Finalizando, devemos enfatizar que os entrevistados desta pesquisa ratificaram a formulação de nosso pressuposto inicial: a Economia Solidária e a Educação do Campo podem se constituir em estratégia adequada ao desenvolvimento do campo da Serra Catarinense na perspectiva da população rural mais empobrecida. Mas, demonstrou também que um longo caminho se tem a percorrer e somente o será realizado com a determinada presença de um Estado social que estabeleça em suas prioridades as políticas públicas da Educação do Campo e da Economia Solidária tendo na sua interface uma sociedade civil fortemente organizada. Desta constatação geral emerge a importância do papel da ciência, da produção de novos conhecimentos provocadores de mudanças no modo de atuação do estado e da sociedade. Conhecimento para a transformação da realidade. Neste sentido esta pesquisa é uma provocação inicial. O fato da Economia Solidária e a Educação do Campo serem políticas públicas recentes e em desenvolvimento, à Universidade compete responder demandas estruturantes destes dois campos do conhecimento, especificamente, no campo da formação inicial e continuada de profissionais da educação e na formação e institucionalização de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) tendo em vista o processo de criação, acompanhamento e consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários.

REFERÊNCIAS

AGROECOLOGIA EM REDE. **Cooperativa ECOSSERRA - Cooperativa Ecológica de Agricultores, Consumidores e Artesãos da Região Serrana.**

Disponível em:

<<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=966>>. Acesso em: 12/06/2013.

AMURES, Associação dos Municípios da Região Serrana. **Municípios da associação.** Disponível em: <<http://www.amures.org.br/municipios/index.php>>.

Acesso em: 27/05/2013.

ARRUDA, Marcos. A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade. **Revista Bahia Análise e Dados.** Salvador. SEI v.12, n.1, p. 47-56, Junho 2002. Disponível em:

<http://www.projetovidanocampo.com.br/downloads/entrevista_marcos_arruda.pdf>. Acesso em: 18/04/2013.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro.** 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. 96 p.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N. 4.764, de 24 de junho de 2003.**

Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4764.htm>. Acesso em 28/10/2013.

_____. Presidência da República. **Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990.**

Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm>. Acesso em 28/10/2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Apresentação.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 16/06/2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em: 16/06/2013.

_____. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Apresentação. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-1.htm>>. Acesso em: 04/05/2013.

_____. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **As origens recentes da Economia Solidária no Brasil.** Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 04/05/2013.

_____. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Os empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>>. Acesso em: 04/05/2013.

_____. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **O que é Economia Solidária?** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 04/05/2013.

CALDART, Roseli. Ser Educador do Povo do Campo. In: VARELA, Iáscara Almeida (Org). **Educação do Campo**: Novas Práticas. Lages: Grafine, 2010. P. 22-24.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/novo/sobre/>>. Acesso em: 09/06/2013>. Brasília, 2013.

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Institucional**. Disponível em: <http://www.vianei.org.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=3&Itemid=4>. Acesso em 14/06/2013.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO; Horácio Martins de. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Apresentação. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p.13-19.

DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios**. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/A%20tecnologia%20social%20e%20seus%20desafios.pdf>>. Acesso em: 05/05/2013.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar é Questionar**. Brasília: Liber Livro, 2010. 196 p.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Mkron Books, 1991. 930 p.

EDUCAMPO. Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFSC. Disponível em: <<http://www.educampo.ufsc.br/>>. Acesso em: 11/06/2013.

FAVARIN, Roque Ademar. Outra economia é possível: editorial. **Revista Fortees**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 2, 2011.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Campanha Pela Lei da Economia Solidária**. Catarse Coletivo de Comunicação.[sd]. 28 p. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1480&Itemid=1>. Acesso em: 11/06/2013.

_____. **A Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 11/06/2013.

_____. **A Trajetória do Fórum Catarinense de Economia Solidária.** Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=310&Itemid=12>. Acesso em: 11/06/2013.

Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec). **Carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo.** Brasília: Fonec, agosto de 2010.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela Terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SOUZA, André Ricardo de; SINGER, Paul (orgs). **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 267-274.

_____. Projeto Societário contra – hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIN, Antônio; BELTRAME, Sonia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel (orgs). **Educação do campo: reflexões e perspectivas.** Florianópolis: Insular, 2010, p.19-46.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katályses.** Florianópolis v. 11 n. 1 p. 11 – 19 jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/02.pdf>>. Acesso em: 06/03/2012.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais.** 1.ed. São Paulo: Atlas S.A.,2001. 312 p.

_____. **Técnicas de Pesquisa em Economia.** 2.ed. São Paulo: Atlas S.A.,1991. 195 p.

GONÇALVES, Wagner Augusto. **O marco jurídico da autogestão e economia solidária:** (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003). – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. 51 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. v.1. São Paulo: Cortez, 2010. 101 p. (Coleção Questões da nossa época).

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho:** crítica da razão econômica. MONTAIA, Ana (Trad.). 2.ed. São Paulo: Annablume, 2007, 248 p.

GUBER, Rosana. **El selvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social em el trabajo de campo.** Buenos Aires: Paidós, 2005, 220 p.

IAMAMOTO, André Toshio Villela. **Associação Nossa Senhora de Lurdes - experiência de produção agroecológica no Planalto Serrano de Santa Catarina.** Agroecologia em Rede. 2010. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=991>>. Acesso em: 12/06/2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2011.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_da_Extracao_Vegetal_e_da_Silvicultura_\[anual\]/2011/comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_da_Extracao_Vegetal_e_da_Silvicultura_[anual]/2011/comentarios.pdf). Acesso em: 22/09/2013.

_____. Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420417>>. Acesso em: 13/06/2013.

_____. Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codigo=421175>>. Acesso em: 13/06/2013.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Bases para a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 2010.

_____. Algumas categorias úteis para pensar a territorialidade da Serra Catarinense. In VARELA, Iáscara Almeida (Org). **Educação do Campo: Novas Práticas.** Lages: Grafine, 2010. p. 4-13.

LS Agência. **Mapa de Santa Catarina.** Lages.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MARX, Karl Heinrich. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método.** PRUDENZI, Luciana. CORNEJO, Francisco Raul. (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A Educação Para Além do Capital.** TAVARES, Isa (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2005. 78 p.

MICHELOTTI, Fernando. Residência Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 681-686.

MUNARIM, Antonio. Verbete: educação do campo. In: VARELA, Iáscara Almeida (org.). **Educação do Campo: Novas Práticas**. Lages: Grafine, 2010. p. 18-19.

PEIXER, Zilma Isabel. Sobre campos e escolas: a importância das escolas nas comunidades rurais. In: VARELA, Iáscara Almeida (org.). **Educação do Campo: Novas Práticas**. Lages: Grafine, 2010. p. 4-13.

_____. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Uniplac, 2002. 296 p.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 192 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 96 p.

SANCHOTENE, Thomás Poli. **Economia Popular Solidária na Serra Catarinense**. 2010. Disponível em: <<http://www.recid.org.br/component/k2/item/129-economia-popular-solid%C3%A1ria-na-serra-catarinense.html>>. Acesso em: 15/06/2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: BARREIRA, César; REGO, Rubem Murilo Leão; DWYER, Tom (orgs.). **Sociologia e Conhecimento**: além das fronteiras. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006. p. 97-133)

_____. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 14.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987. 59 p.

SARTORI, Selenio. **AFAOC-Associação das Famílias Agroecológicas de Otacilio Costa - Grupo de Mulheres**. Agroecologia em Rede. 2010. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=951>>. Acesso em: 12/06/2013.

_____. **Cooperativa ECOSSERRA - Cooperativa Ecológica de Agricultores, Consumidores e Artesãos da Região Serrana**. Agroecologia em Rede. 2010. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=966>>. Acesso em: 12/06/2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo na investigação educacional: quais conhecimentos estão em construção. In: MUNARIN, Antônio; BELTRAME, Sonia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel (orgs.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010, p. 81-102.

_____. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Campinas, SP: [s.n.], 1999, 259 p.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 928 p.

TELLO, Cesar. ***Epistemologias de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques***. São Paulo: Mercado das Letras, 2013. 614 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VEIGA, Jose Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Gramond, 2005. 220 p.

ZAPELINI, Marcelo Luiz. Grupos sentem melhoria na gestão e renda com o curso. Editorial. **Revista Fortees**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 8. 2011.

II CONAES. Conferência Nacional de Economia Solidária. **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_conferencia_economia_solidaria_documento_final.pdf>. Acesso em: 29/06/2012.

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para a
Participação nas Entrevistas**

Prezado(a) Senhor(a)

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da Pesquisa ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO NA SERRA CATARINENSE. Sua colaboração neste estudo é MUITO IMPORTANTE, mas a decisão de participar é VOLUNTÁRIA, o que significa que o(a) senhor(a) terá o direito de decidir se quer ou não participar, bem como de desistir de fazê-lo a qualquer momento.

Garantimos que será mantida a CONFIDENCIALIDADE das informações e o ANONIMATO de todos que participarem das entrevistas. Os riscos são mínimos quanto à sua participação, podendo gerar algum desconforto em dispor de algum tempo para responder a entrevista, e o BENEFÍCIO será o fornecimento de conhecimento e subsídios que permitam gerar reflexões acerca do tema.

Ao final desta pesquisa, o(a) pesquisador(a) se comprometerá de apresentar os dados aos participantes da pesquisa.

Em caso de dúvida o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com o professor Dr. Geraldo Augusto Locks, pesquisador responsável pela pesquisa, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Educação, na UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170 — Bloco do Centro de Ciências Jurídicas —CCJ (pisotérreo), ou pelo telefone (49) 3251-1143, ou pelo e-mail mestradoeduca@gmail.com.

Eu, _____

Declaro estar esclarecido(a) sobre os termos apresentados e consinto por minha livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, _____ de _____ de 2013.

APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Dados dos Participantes dos Empreendimentos (Grupos) de Economia Solidária (EES)

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE DO GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Idade:
2. Sexo:
3. Estado civil:
4. Há quanto tempo participa do EES?
5. Quanto tempo está representando o EES?
6. Qual a sua formação?
7. Onde foi sua formação?
8. Quanto tempo mora na localidade?
9. Como tomou conhecimento da Economia Solidária?

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

10. Nome do Grupo:
11. Data de fundação:
12. Localidade:
13. Número de mulheres associadas:
14. Número de homens associados:
15. Como é a organização do grupo?
16. Quais as atividades que realiza?
17. Tem parceria com algum outra organização?
18. O grupo EES tem alguma relação a escola na comunidade?
19. Em que a experiência do Grupo de Economia Solidária pode contribuir com a as crianças que estão na escola?
20. O grupo já desenvolveu algumas ações com os professores e alunos da escola da comunidade?
21. Os participantes do grupo tem filhos alunos na escola? Eles trazem esta prática para a escola?
22. Em que a Economia Solidária e a Educação do Campo contribui ou tem contribuído com o desenvolvimento do campo? (o bem estar, melhorar a vida das pessoas que vivem no campo?)
23. O que você entende por Economia Solidária?
24. Qual o seu entendimento sobre a Educação do Campo?

APÊNDICE C – Instrumento de Coleta de Dados Para os Profissionais da Educação

IDENTIFICAÇÃO

1. Idade:
2. Sexo:
3. Estado civil:
4. Função atual:
5. Há quanto tempo trabalha na educação?
6. Quanto tempo está nesta escola?
7. Qual a sua formação?
8. Onde foi sua formação?
9. Onde reside?

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

10. Nome da escola:
11. Data de fundação:
12. Localidade:
13. Quais os níveis de ensino oferecidos pela escola:
14. Número alunos matriculados:
15. Número professores da escola:

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS INTERAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

16. A escola tem Projeto Político Pedagógico de acordo com as diretrizes nacionais que normatizam a Educação do Campo?
17. Qual seu entendimento sobre a Educação do Campo?
18. A escola tem alguma relação com as ações dos Grupos de Economia Solidária na comunidade?
19. A Escola desenvolve alguma prática pedagógica, projeto, programa que levam em conta ou tem a participação do grupo de Economia Solidária existente na comunidade?
20. De que maneira a experiência do grupo de Economia Solidária poderia ser contemplada nos processos de ensino e aprendizagem na escola?
21. A economia solidária e a educação do campo podem contribuir com o bem estar, o desenvolvimento do campo? De que maneira?